

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

**POLÍTICAS DE APOIO E INCENTIVO ÀS MICROS, PEQUENAS E
MÉDIAS EMPRESAS LOCALIZADAS EM AGLOMERAÇÕES
PRODUTIVAS NO ESTADO DE SANTA CATARINA.**

Monografia submetida ao Departamento de Ciências Econômicas para a obtenção de carga horária na disciplina CNM 5420 – Monografia.

Por Silvia Fátima da Luz

Orientador: Prof. Renato Ramos Campos

Área de Pesquisa: Economia Industrial

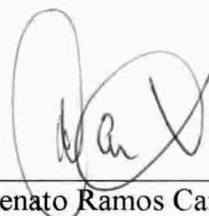
Palavras – Chaves: 1. Política Industrial.
2. Pequenas Empresas.
3. Aglomerações Produtivas.

Florianópolis, junho de 2004.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

A Banca Examinadora resolveu atribuir a nota 9,0 a aluna Silvia Fátima da Luz na Disciplina CNM 5420- Monografia, pela apresentação deste trabalho.

Banca Examinadora:



Prof. Renato Ramos Campos
Presidente



Prof. Silvio Antônio Ferraz Cário
Membro



Prof. Hoyedo Nunes Lins
Membro

Dedicatória:

Acima de tudo dedico esta monografia **ao meu Pai** que apesar de ter ido embora no início da minha caminhada continuou me iluminando. “Quantas vezes desejei sua presença, busquei nas minhas dúvidas e dificuldades o seu apoio, compreensão, até mesmo sua reprovação. Quando subir ao palco para receber o meu diploma, sentir você ao meu lado, sorrindo e feliz. Sentirei sua mão carinhosa afagar os meus cabelos. Neste instante nós nos abraçaremos em silêncio. A lágrima que teima em cair, é a expressão da minha gratidão e da saudade do seu carinho” (Desconhecido).

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a **Deus** por ter me concedido condições para enfrentar as dificuldades e alcançar o objetivo proposto.

Ao **meu pai** que apesar de não estar presente fisicamente continuou me dando força e incentivos nas horas mais difíceis.

A **minha mãe** por ter me dado a vida e pelo incentivo quando a faculdade era apenas um sonho.

Ao **meu namorado**, que suportou com humor os meus momentos de mau humor e estudos que pareciam intermináveis.

Ao meu orientador o grande mestre **Prof. Renato Ramos Campos**, que me orientou de forma precisa e certa, mantendo o bom humor, o meu muito obrigada.

As minhas grandes amigas **Ivoneti e Andreza** que sempre me incentivaram e acreditaram em mim, até mais do que eu própria.

A meus colegas de trabalho **Ricardo e Bea** que suportaram as minhas constantes ausências até mesmo quando estava presente.

Ao meu irmão, **Adilson** que não mediu esforços para me dar condições de escrever esta monografia.

A minha grande amiga e agora prima, **Denise** que nunca me deixou desanimar.

As minhas amigas **Galega, Silvana, Patrícia** pela compreensão na minha constante ausência.

A todos os colegas que formei durante a minha jornada na faculdade, especialmente **Fabiano, Letícia, Giordana, Débora, Rúbia, Fernanda, Eduardo Moraes, Alex, Nídia, Rejane, Marli, Lairton, Alexandra**, fica a esperança do reencontro.

A **minha família** pela torcida e compreensão nos momentos que estive ausente.

A todos que me colocaram nas suas orações e torceram para dar tudo certo, **o meu muito obrigada.**

SUMÁRIO

- Lista de Quadros.....	vi
- Lista de Siglas.....	vii
- Resumo.....	ix

CAPÍTULO I

1. O PROBLEMA.....	10
1.1. Caracterização do Problema.....	10
1.2. Objetivos.....	12
1.3. Metodologia.....	13
1.4. Estrutura do Trabalho.....	13

CAPÍTULO II

2. DINÂMICA DAS MICROS , PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS NA ESTRUTURA INDUSTRIAL CAPITALISTA	15
2.1. O Novo Padrão de Produção e as MPMEs	15
2.2. Formas de Inserção das MPMEs na Estrutura Produtiva.....	20
2.3. Diferentes Abordagens e Tipologias de Aglomerações Produtivas.....	25
2.4. Possibilidades de Políticas voltadas para Aglomerações Produtivas.....	35

CAPÍTULO III

3. EXPERIÊNCIAS INTERNACIONAIS DE POLITICAS PARA MPMEs E O CASO DO BRASIL.....	40
3.1. Políticas de Financiamento.....	40
3.2. Políticas de Inovação.....	46
3.3. Políticas de Internacionalização.....	51
3.4. Políticas de Apoio às MPMEs Brasileiras.....	55

CAPÍTULO IV

4. AS AGLOMERRAÇÕES PRODUTIVAS E AS POLÍTICAS PARA MPMEs NO ESTADO DE SANTA CATARINA.....	63
4.1. Caracterização dos Principais Aglomerados Catarinenses.....	63
4.2. Principais Políticas para MPMEs em Santa Catarina.....	73
4.3. Análise das Políticas Catarinenses.....	84

CAPÍTULO V

5. CONCLUSÃO.....	87
--------------------------	-----------

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	89
--	-----------

LISTA DE QUADROS.

QUADRO 1:	Diferenças no paradigma tecnológico.....	18
QUADRO 2:	Principais ênfases das abordagens usuais de aglomerados locais.....	27
QUADRO 3:	Principais características de políticas de financiamento internacionais.....	46
QUADRO 4:	Principais elementos das políticas de inovação internacionais.....	50
QUADRO 5:	Principais características das políticas de internacionalização internacionais.....	54
QUADRO 6:	Principais características das políticas brasileiras.....	59
QUADRO 7:	Características dos aglomerados catarinenses.....	72

LISTA DE SIGLAS

- ACI – Associação Comercial e Industrial
- ACIB – Associação Comercial e Industrial de Blumenau
- ACIC – Associação Comercial e Industrial de Criciúma
- ACIJ – Associação Comercial e Industrial de Joinville
- ACISBS – Associação Comercial e Industrial de São Bento do Sul
- ADRE – Área de Inovação para o Desenvolvimento Regional
- AEM – Associação de Exportadores de Móveis
- AJORPEME – Associação de Joinville e Região da Pequena e Média Empresa
- AMPE – Associação de Micro e Pequena Empresa
- ARPEM – Associação Regional de Pequenas Empresas de Móveis
- APLs – Arranjos Produtivos Locais
- APEX – Agência de Promoção de Exportações do Brasil
- BADESC – Agência de Fomento de Santa Catarina.
- BANCOEXT – Banco Nacional de Comércio Exterior
- BASA – Banco da Amazônia
- BB – Banco do Brasil
- BN – Banco do Nordeste
- BNDES – Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico
- BRDE – Banco de Desenvolvimento do Extremo Sul
- CEF – Caixa Econômica Federal
- CEPETEX – Centro de Pesquisa Têxtil
- CERSA – Companhia Espanhola de Refinanciamento S.A
- CESCE – Companhia Española de Seguros de Crédito a la Exportacion S.A
- CGC – Credit Guarantee Corporations
- CIPI – Comissão Intersectorial de Política Industrial
- CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
- COFIDES – Companhia Española de Financiación al Desarrollo
- COMPEX – Comisión Mixta para la Promoción de las Exportaciones.
- CRAFT – Cooperative Research Action for Technology
- CTAI – Centro de Tecnologia e Automação Industrial
- CTC – Centro Tecnológico de Cerâmica
- CTM – Centro Tecnológico Mobiliário
- CTEMM – Centro de Tecnologia Eletro Metal Mecânico
- DDI – Desenvolvimento de Design e Inovação
- DGPYME – Direção Geral da Política de Micro, Pequena e Média Empresa.
- ECEX – Empresa de Comércio Exterior
- ENISA – Empresa Nacional de Inovação
- EUA - Estados Unidos da América
- FACISC – Federação das Associações Comerciais e Industriais de Santa Catarina
- FIESC – Federação da Indústria do Estado de Santa Catarina.
- FINAME – Financiamento a Aquisição de Máquinas e Equipamentos
- FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos
- FUNCITEC – Fundação da Ciência e Tecnologia
- FITIESC – Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Plásticas
- FURB – Fundação Universidade Blumenau
- GE's - Grandes Empresas

- GI – Grupo Interministerial de Arranjos Produtivos Locais
- ICE – Instituto Italiano para o Comércio Exterior
- ICEX – Instituto Espanhol de Comércio Exterior
- ICO – Instituto de Crédito Oficial
- IDS - Institute of Development Studies
- IEL – Instituto Evaldo Lodi
- JEV – Join Ventures
- KOSBIR – Korea Small Business Innovation Research
- MDA – Ministério de Desenvolvimento Agrário
- MCT – Ministério da Ciência e Tecnologia
- MDIC – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
- MERCOSUL – Mercado Comum do Sul
- MI – Ministério da Integração
- MIDVILLE – Micro Distrito Industrial de Joinville
- MME – Ministério das Minas e Energia
- MPES - Micro e Pequenas Empresas
- MPMEs - Micro, Pequenas e Médias Empresas.
- NDI - Novo Distrito Industrial
- NUTEK – Comissão Nacional Sueca para o Desenvolvimento Industrial e Técnico
- OCDE – Organização de Cooperação de Desenvolvimento Econômico.
- PAPI – Programa de Apoyo A Proyectos de Inversión
- PI – Plan de Internacionalización
- PIPE – Plan de Iniciación la Promoción Exterior
- PMEs – Pequenas e Médias Empresas
- PRODEC – Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense
- PROMOVEL – Programa Nacional para Incremento das Exportações
- RDT – Research and Development Technology
- REDESIST – Rede de Pesquisa em Sistemas Produtivos e Inovativos Locais
- SACE – Sezione Autônoma per il Credito All'Exportazione
- SBA – Small Business Administration
- SBICs – Small Bussiness Investment Company Program
- SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
- SEBRAE – Serviço de Apoio às Micros, Pequenas e Médias Empresas
- SECOFI – Secretaria de Comércio y Fomento Industrial
- SINDUSMOBIL – Sindicato das Indústrias de Móveis
- SINDISCERAM – Sindicato da Industria de Cerâmica
- SIMEST – Società Italiana per l'Impresse All' Estero
- SIMPEX – Sistema Mexicano de Promoción Externa
- SINTEX – Sindicato das Indústrias de Vestuário, Fiação e Tecelagem
- UDESC – Universidade do Estado de Santa Catarina.
- UNESC – Universidade do Extremo Sul Catarinense
- UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina
- UNESC – Universidade do Extremo Sul Catarinense
- UNIVILLE –Universidade da Região de Joinville

RESUMO

O universo das micros, pequenas e médias empresas tem contribuído para elevar os índices de desenvolvimento de muitos países. A revisão bibliográfica destacou a heterogeneidade das empresas de pequeno porte e as suas diversas formas de inserção na economia. Destacou também as vantagens das empresas aglomeradas em espaços geográficos e interagindo umas com as outras proporcionando índices de desenvolvimento maiores e ampliando a sua capacidade de sobrevivência a um mundo crescentemente globalizado. Nos países em desenvolvimento o sucesso das aglomerações fez com que as suas políticas fossem reformuladas enfatizando as aglomerações de empresas e as suas relações. Políticas estas que almejam empresas inovadoras e flexíveis capazes de adaptar-se a um mundo em constante mutação. O governo federal brasileiro observando a tendência internacional e as evidências de sucesso constatadas em estudos sobre as aglomerações de empresas têm reformulado e mudado o foco das políticas associadas às pequenas empresas. Políticas estas que focalizavam as empresas individuais tem dado espaço a políticas que focalizam a atuação conjunta das pequenas empresas. No entanto apesar da representatividade do estado de Santa Catarina na escala industrial nacional e do desenvolvimento de diversas aglomerações de empresas as políticas voltadas às micros, pequenas e médias empresas têm pouco contribuído para estimular a ação conjunta em aglomerações de empresas, voltando-se especificamente para determinados setores.

CAPÍTULO I

INTRODUÇÃO

1.1. Caracterização do Problema

A alteração no modelo de produção ocorrido década de 70 fez vários países voltarem a atenção de suas políticas para as empresas de pequeno porte. No modelo fordista a produção era comandada pela grande empresa verticalizada com grande volume de produção de bens padronizados e com mão de obra altamente restrita a determinada função, enquanto que a pequena empresa detinha o papel marginal da economia. No entanto o modelo de especialização flexível que veio opor-se ao modelo fordista fez com que o papel das pequenas empresas fosse revisto.

Devido a crise do paradigma anterior impulsionado pelos processos de globalização e de uma crescente concorrência, as grandes empresas foram obrigadas a reverem as suas estratégias competitivas. Muitas adaptaram-se a esse novo modelo por meio da desverticalização das suas atividades através de subcontratação, terceirização proporcionando assim para as pequenas empresas um novo espaço de inserção.

As pequenas empresas que até então eram reconhecidas pela capacidade de empregar em momentos de crise servindo como amortecedoras dos percentuais de desemprego foram reconhecidas como um importante papel a desempenhar no novo modelo de produção. A especialização produtiva alterou os padrões até então estabelecidos mudando para um sistema inovador com máquinas com múltiplas funções e com mão de obra altamente treinada para operar tais máquinas.

No entanto para buscar a competitividade algumas empresas de pequeno porte recorrem as chamadas estratégias de via inferior onde buscar a competitividade consiste em buscar mão de obra barata e conseqüentemente desqualificada. A competitividade que as pequenas empresas conseguem utilizando esta estratégia costuma durar pouco. As estratégias denominadas de via superior opõem-se a de via inferior através da busca de uma maior eficiência e inovação e de trabalhadores qualificados (Sengenberger et. al., 2002).

Com isto verifica-se que as pequenas empresas que adotam o modelo de concorrência baseado na qualificação de seus trabalhadores proporcionando os seus direitos trabalhistas e oferecendo um ambiente de trabalho favorável tendem a obter um aumento de competitividade maior e mais sustentável.

O exemplo mais comentado pela literatura sobre o sucesso das pequenas empresas refere-se ao caso dos distritos industriais italianos, que apresentam-se atuando de forma conjunta e com laços de cooperação em suas relações. As aglomerações produtivas apresentam características que aumentam a sustentabilidade e o desenvolvimento das micros, pequenas e médias empresas na economia.

Constata-se ainda que apesar das pequenas empresas possuírem uma alta flexibilidade e capacidade de adaptação a um mundo crescentemente globalizado, existem algumas barreiras que impedem a sua melhor atuação. Essas barreiras referem-se ao acesso a financiamentos, a um nível de burocratização alto, a dificuldade de acesso aos mercados e a uma falta de incentivos ao desenvolvimento tecnológico das pequenas empresas. Dificuldades estas que tornam-se mais amenas quando o foco das políticas de apoio e incentivo tem considerado a atuação conjunta das empresas, ou seja as aglomerações de empresas.

As políticas voltadas para a empresa individual concentram-se nas isenções e subsídios tributários, o que muitas vezes proporciona as pequenas empresas uma alternativa de competir através de estratégias de via inferior. Contudo, o foco das políticas industriais em vários países avançados tem incorporado a tendência que, para aumentar a competitividade das pequenas empresas é necessário estimular a interação entre estas e a sua capacidade de gerar e adaptar-se a inovações.

O reconhecimento da importância de aproveitar as sinergias coletivas geradas pela participação das pequenas empresas em aglomerações produtivas para aumentar a capacidade de sobrevivência e sustentabilidade tem feito com que diversos países principalmente os mais desenvolvidos revisassem as suas políticas dando uma maior ênfase a atuação conjunta das empresas. Os governos têm procurado promover o aumento da competitividade desses aglomerados através de políticas que enfatizem a capacidade de inovação, a aprendizagem coletiva e a cooperação.

Segundo Lemos (1999) nas últimas três décadas têm sido reconhecido nas MPMEs uma importante capacidade de gerar e incorporar inovações, atuar nas diversas

áreas de tecnologias de ponta, assim como gerar divisas, o que antes cabia somente a grandes empresas. Este segmento de empresas vem sendo estudado agora não de forma individual, ou seja, a firma individual, e sim em formas de aglomerados onde as empresas localizadas fazem parte de um contexto, obtendo assim vantagens competitivas.

Sendo Santa Catarina um importante Estado no ranking dos mais competitivos do Brasil, atualmente ocupa a sexta posição, e possui um número expressivo de Micros, Pequenas e Médias Empresas localizadas principalmente em aglomerados de empresas, que impulsionam a economia catarinense e contribuem para diminuir as desigualdades regionais. Torna-se necessário averiguar quais as políticas voltadas para o apoio e incentivo dessas empresas em Santa Catarina, e se tais políticas têm contribuído para uma melhor inserção desses segmentos de empresas na estrutura industrial catarinense.

1.2 Objetivos

1.2.1 Geral

Descrever as políticas recentes de apoio e incentivo às Micros, Pequenas e Médias Empresas em Santa Catarina e avaliar a importância dada às aglomerações produtivas.

1.2.2 Específicos

- a) Tratar as formas de inserção das MPMEs na estrutura industrial capitalista e os diversos conceitos relacionados às aglomerações produtivas;
- b) Descrever as possibilidades de políticas voltadas para as aglomerações produtivas;
- c) Descrever as experiências internacionais em políticas de incentivo e apoio as MPMEs;
- d) Verificar as políticas de apoio e incentivo MPMEs brasileiras no âmbito federal;
- e) Identificar a situação do atual aparato político institucional de apoio às micros, pequenas e médias empresas em Santa Catarina

1.3 Metodologia do Trabalho

O foco de análise será limitado às políticas para as empresas de pequeno porte que encontram-se localizadas em aglomerações produtivas no estado de Santa Catarina. Procurou-se fazer com a leitura de vários autores um breve histórico sobre a importância das micros, pequenas e médias empresas, as suas diversas formas de inserção e os diversos conceitos de aglomerados de empresas.

Foi reforçada a importância do tema proposto a partir da descrição das políticas de apoio e incentivo as empresas de pequeno porte em países desenvolvidos enfatizando as políticas de financiamento, inovação e internacionalização e as principais iniciativas do governo federal brasileiro.

O método de pesquisa adotado foi o analítico-descritivo. A partir da opinião de vários autores e de instituições de pesquisa que abordam o tema foi feito um levantamento de informações. Os principais materiais utilizados foram: livros, textos para discussão, notas técnicas e internet. Para obtenção das políticas catarinenses recentes foram enviados *e-mails* as principais instituições e consulta aos *sites* das mesmas com o intuito de obter as informações.

Para a análise das políticas catarinenses adotou-se uma análise exploratória. Para essa análise foi levada em conta o referencial analítico, a importância dada as políticas voltadas para as aglomerações produtivas no âmbito internacional e as formulações recentes feitas pelo governo brasileiro de políticas voltadas para as empresas de pequeno porte inseridas em aglomerações produtivas.

1.4 Estrutura do trabalho

A monografia está estruturada em quatro capítulos além deste primeiro.

O segundo capítulo faz um breve histórico sobre a alteração no padrão de produção. Apresenta as formas de inserção e de relações das MPMEs, trata os diversos conceitos e tipologias de aglomerações de empresas e por último verifica segundo alguns autores quais as possibilidades de apoio as MPMEs que encontram-se em aglomerações produtivas.

Enfatiza-se no terceiro capítulo as políticas voltadas para as aglomerações produtivas no âmbito internacional enfatizando as políticas de financiamento, inovação e internacionalização e as políticas brasileiras no âmbito federal.

O quarto capítulo apresenta uma caracterização dos principais aglomerados catarinenses demonstrando a sua importância para a estrutura industrial de Santa Catarina, a descrição das principais políticas e análise dessas segundo o foco de aglomerações produtivas.

Por último, o quinto capítulo apresenta algumas conclusões do estudo efetuado, bem como recomendações para futuros trabalhos.

CAPÍTULO II

A DINÂMICA DAS MICROS E PEQUENAS EMPRESAS NA ESTRUTURA INDUSTRIAL CAPITALISTA

A alteração no padrão de produção a partir da década de 70, em que predominava a economia de escala e na qual alcançar a eficiência econômica significava operar acima de uma escala mínima, vem transformando conceitos e valores na estrutura industrial mundial. As transformações ocorridas requerem agora novas formas de relações entre empresas, entre empresas e os trabalhadores e entre as empresas e as demais instituições. O aumento do quadro de incerteza, composto pelo novo padrão de produção onde a capacidade de adaptação a novas situações requer respostas rápidas, obrigou as grandes empresas (GEs) que eram o principal motor de desenvolvimento industrial, a reformularem as suas estratégias e alterar as suas relações, e alterou o papel das pequenas empresas na estrutura industrial.

Este capítulo tem como objetivo fazer um breve histórico sobre o novo padrão de produção, tratar as formas de inserção das Micros, Pequenas e Médias (MPMEs) na estrutura produtiva, verificar as possíveis relações entre as pequenas empresas, descrever as diferentes abordagens e tipologias de aglomerações produtivas, verificar as formas de governança existentes e por fim verificar as possibilidades de políticas voltadas para aglomerados produtivos.

2.1 O novo padrão de produção e as MPMEs

A economia mundial está passando por uma série de transformações econômicas, tecnológicas e sociais, que está modificando as relações e alterando os padrões previamente existentes. Essa série de transformações implica numa nova dinâmica tanto para a grande empresa que dominava o padrão de produção tecnológico - produtivo, quanto para as pequenas que, com a alteração do padrão, podem ser inseridas de forma mais positiva na estrutura industrial.

A crise do início dos anos 70 é o marco inicial dessas transformações. O esgotamento das condições que impulsionaram o desenvolvimento econômico e industrial das economias avançadas capitalistas após a Segunda Guerra Mundial, fez com que as GEs revisassem as suas estratégias e as ajustassem a uma nova dinâmica. Estratégias essas que tinham o objetivo de explorar ao máximo as economias de escala de produção, administração e distribuição, visando a redução de custos pelas grandes empresas e as que detinham nas suas organizações uma estrutura hierárquica e burocrática, precisavam ser reformuladas diante do novo contexto (Souza, 1995).

A revolução tecnológica contribuiu para a mudança no paradigma industrial, seu ponto de partida é a década de 60 com o desenvolvimento da microeletrônica, e torna-se mais acentuada a partir da década de 70 com os microprocessadores. Com a revolução tecnológica os agentes sentem-se forçados a rever as suas estratégias competitivas. A busca pela maior flexibilidade, ou seja, fuga da rigidez, dentro da estrutura industrial contribui para a alteração do padrão de produção (Souza, 1995).

Conforme Souza (1995) o principal padrão de produção vigente até a década de 70 conhecido como modelo "taylorista-fordista" tinha como principal indicador de desempenho a economia de escala. Em virtude disto, a necessidade de grandes investimentos em equipamentos e no treinamento de operários para manusear determinadas máquinas impunham limitações às micros e pequenas empresas quanto a sua inserção no mercado. No modelo fordista, as principais vantagens das grandes empresas, como, por exemplo, a economia de escala e o acesso a financiamentos, tornavam-se as principais dificuldades das MPMEs, que tinham um papel marginal na economia.

A partir da década de 70 destaca-se um novo padrão de produção industrial em âmbito mundial: o de especialização flexível. Este novo padrão alterou a linha rígida da produção em série e de trabalhadores semi-especializados e desinteressados para um sistema mais inovador e flexível de máquinas com múltiplas funções e de trabalhadores especializados e melhor capacitados para reagir às mudanças, que o novo paradigma impõe (Schmitz, 1989).

Segundo Souza (1995) o momento de transição apresenta características próprias como o intenso ritmo das mudanças tecnológicas, as crescentes flutuações do mercado, a diluição das fronteiras existentes, o acirramento da concorrência e o aumento

da incerteza e do risco. O que vai proporcionar para a indústria reformulações nas suas estratégias.

Nos países desenvolvidos como Itália, Japão e Alemanha Ocidental constatou-se o sucesso das micros, pequenas e médias empresas, mostrando que os setores ou as áreas que adotaram os princípios da especialização flexível foram capazes de superar a crise mundial e continuar a crescer. Nos países em desenvolvimento nota-se o aumento da importância das MPMEs. No entanto existem algumas especificidades que merecem atenção e uma das principais é o excesso da mão de obra, que faz com que algumas empresas utilizem essa redução nos custos como uma vantagem competitiva (Schmitz, 1989).

A vantagem competitiva decorrente da redução da mão-de-obra realmente existe, é uma vantagem de curto prazo que nada contribui para a sua sustentação no longo prazo. A vantagem obtida através da redução dos custos na mão-de-obra opera no sentido de trabalhadores sem incentivos para mudanças e desanimados com a rotina, sem qualquer tipo de treinamento ou oportunidades de reconhecimento. Constata-se, então que a especialização flexível abre oportunidades para as micros, pequenas e médias empresas, mas somente para aquelas que investirem em mão de obra qualificada e bem remunerada e que tenha condições de adaptar-se a um mundo em constante mutação, onde o conhecimento acumulado é de caráter essencial.

Dado a importância da mudança no paradigma de produção onde a especialização passa a ser flexível, e a capacidade de adaptação torna-se essencial, verificamos no quadro abaixo as principais alterações no paradigma referente aos tópicos: porte da empresa/fábrica, tecnologia, mão de obra, administração, produção, comportamento competitivo e quadro institucional, respectivamente.

QUADRO 1: Diferenças no paradigma tecnológico.

	PRODUÇÃO EM SÉRIE	ESPECIALIZAÇÃO FLEXÍVEL
Porte da empresa/fábrica	Grande Corporação.	Oportunidade para as pequenas e grandes.
Tecnologia	Maquinaria dedicada a especialização.	Maquinaria com objetivos gerais.
Mão de Obra	Com treinamento restrito. Separação da concepção e execução. Tarefa fragmentada e rotineira. Restrita classificação de funções.	Amplamente treinada. Integração entre concepção e execução. Tarefa multi-especializadas e variadas. Classificação de funções.
Administração	Hierárquica e Formal.	Pouco Hierárquica e informal
Produção	Grande volume. Espectro limitado de produtos padronizados.	Lotes grandes e pequenos. Unidade simples. Produtos variados e feitos sob encomenda.
Comportamento Competitivo	Estratégia para controlar o mercado.	Rápida adaptação a mudança, inovação.
Quadro Institucional	Centralizado. Keynesianismo nacional e multinacional.	Descentralizado. Instituições locais que fundem competição e cooperação.

Fonte: Schmitz, 1989.

É importante salientar que a especialização flexível não surgiu com queda do paradigma anterior, sua origem é anterior a crise, mas a partir de então a sua força emergiu (Schmitz, 1989). Verifica-se o aumento da importância das pequenas empresas para este novo paradigma de produção industrial, devido a sua capacidade de adaptação e flexibilidade.

Com a mudança no modelo de produção, constata-se novas formas de inserção das MPMEs, por possuírem capacidade de adaptação a novas situações impostas pelo mercado e pelas novas exigências da dinâmica capitalista. Apesar das empresas de pequeno porte apresentarem vantagens no novo sistema de produção, é preciso salientar que as dificuldades referentes a acesso ao crédito e às novas tecnologias continuam sendo um grande empecilho no seu crescimento e na sua sustentação no mercado.

A capacidade de adaptação das MPMEs, torna-se um elemento essencial para aumento da sua competitividade. Sendo que esta capacidade pode ser melhor alcançada pela atuação conjunta das pequenas empresas. É através das aglomerações de empresas que se pode superar com maior facilidade a descontinuidade a que estas empresas estão

submetidas, seja de uma crise temporária ou do estado subdesenvolvido da economia (Schmitz, 1989).

O instrumento chave da construção e manutenção das vantagens competitivas das MPMEs é a relação interfirmas. E essas relações têm como fator principal à cooperação entre os agentes. Conforme Souza et. al.(1997 p.202):

“A cooperação é um fator crescentemente percebido como elemento central na formulação das estratégias competitivas das empresas, tanto no que se refere à superação das desvantagens da empresa individual quanto à busca de sinergias interorganizacionais”.

As novas relações enfatizam que os procedimentos não são individuais, mas sim resultado da interdependência, a relação entre os diversos agentes e a cooperação existente é mais forte e as posições competitivas em que estas se encontram são mais consistentes. Ao contrário das antigas relações que possuíam vantagens de curto prazo devido a existência de relações que baseava-se na competição individual.

A nova dinâmica tem intensificado as relações interempresas como componente importante na formulação de estratégias que aumentam a competitividade das pequenas empresas. As novas relações entre empresas, fornecedores e instituições abriram espaços para o surgimento de novas empresas e atividades. Essas novas oportunidades serão aproveitadas por empresas que possuem dinamismo para enfrentar as mudanças que ocorrem de modo incessante e com competências específicas, ou seja, conhecimento acumulado (Souza et. al. 1997).

A mão-de-obra qualificada e bem remunerada é aspecto essencial na composição das vantagens competitivas, porém, algumas MPMEs são reconhecidas pelo seu papel de absorvedora de mão de obra desqualificada e pelo não cumprimento de certas exigências trabalhistas e fiscais. Certamente essas empresas ficaram fora da dinâmica capitalista, pois há espaços para as pequenas empresas, mas somente para aquelas que reúnem condições de aumentar a sua competitividade, através de investimentos em melhorias e inovação organizacional, em processos e produtos e também na qualificação do pessoal (Souza et. al. 1997).

2.2 Formas de inserção das MPMEs na estrutura produtiva

Dentro do atual contexto verifica-se que as MPMEs possuem qualificações e especificações para atuar na nova dinâmica. Devido a sua heterogeneidade, estas não podem ser estudadas sem considerar as estruturas de mercado em que estão inseridas e as diferentes formas de relação que as pequenas empresas podem estabelecer com outras empresas, considerando principalmente o tamanho das empresas.

2.2.1 Pequenas empresas inseridas em mercados competitivos

As pequenas empresas inseridas neste tipo de estrutura defrontam-se com um grande número de compradores e vendedores. Apesar do grande número de empresas localizadas nesta estrutura não existe nenhum tipo de coordenação e estas empresas não possuem também nenhum tipo de poder de mercado. As empresas podem ingressar livremente nesta estrutura, pois não existe nenhum tipo de barreira a entrada. O objetivo das empresas inseridas em mercados competitivos é a maximização do lucro (Kupfer 2002).

De acordo com Souza (1995) este tipo de inserção das pequenas empresas na estrutura industrial está ligada principalmente aos menores custos de mão-de-obra, existente pela alta demanda de emprego que faz com que os trabalhadores sujeitem-se a trabalhar por um salário menor e sem os seus direitos sociais. Em razão dos menores custos, as GEs utilizam-se da forma de subcontratação neste segmento para reduzir os seus custos salariais, no entanto não há aumento do número de empregados e sim uma transferência, o aumento dos empregos nas empresas de pequeno porte é feito com a redução de empregos nas grandes empresas.

As empresas de pequeno porte são conhecidas pela sua alta capacidade de empregar, o que faz com que se institua uma série de medidas de apoio, com isenções de impostos e de obrigações sociais. Essas medidas podem surtir um efeito contrário, ou seja, levar a um estado de acomodação por parte dos empresários que se apóiam nas vantagens de curto prazo. A necessidade de inovar para aumentar a sua competitividade fica relegada ao segundo plano.

Verifica-se então que as empresas inseridas neste tipo de estrutura de mercado são condicionadas a uma categoria inferior, pois as perspectivas do aumento de competitividade e uma inserção positiva, onde há troca de conhecimento e tecnologias, são extremamente reduzidas (Souza, 1995).

2.2.2 Pequenas empresas inseridas em estruturas industriais dinâmicas

Nas estruturas industriais dinâmicas as pequenas empresas defrontam-se com alto grau de concentração de mercado, ou seja poucas empresas detêm o controle da maior parcela do mercado . Existem barreiras a entrada imposta pelas empresas que se encontram no mercado. Estas barreiras podem ser de preço, escala, de diferenciação ou de marca (Sandroni, 1999)

Este tipo de inserção está ligado a capacidade do empresário de perceber a importância de determinados "nichos" e conseguir reunir as capacidades necessárias para explorá-lo. Tendo em vista o ciclo de vida dos produtos, quanto menor o ciclo, maior terá que ser a capacidade do empresário em identificar e buscar novos nichos. Constatase um espaço garantido para inserção positiva e sobrevivência das pequenas empresas (Souza, 1995).

As principais dificuldades enfrentadas pelas pequenas empresas neste tipo de inserção são basicamente as enfrentadas por todo o segmento das MPMEs que são acesso ao financiamentos, para viabilizar a empresa a investir em determinado nicho e a falta de medidas de proteção promoção e apoio que podem representar a entrada, permanência ou saída neste tipo de segmento (Souza, 1995).

Além das características das formas de inserção das MPMEs no mercado a literatura destaca também as relações que as pequenas empresas estabelecem com as demais empresas.

2.2.3 Pequenas empresas articuladas por grandes empresas

Neste tipo de inserção as pequenas empresas estabelecem relações diretas ou indiretas com as grandes empresas. Podem ser aquelas que executam atividades resultantes da descentralização de uma grande empresa, ou então pequenas empresas autônomas que

trabalham exclusivamente para uma grande empresa, seja por encomenda ou subcontrato. Podem ser também aquelas empresas autônomas que produzem componentes de produtos finais das grandes empresas comercializando diretamente com estas ou no mercado de reposição. São então conhecidas como empresas dependentes (Souza, 1995).

Conhecido também como modelo de coordenação, este tipo de inserção está ligado a desverticalização das GEs, passando algumas atividades as empresas de pequeno porte e mantendo este segmento sob o seu controle. A desverticalização das grandes empresas é vista como uma das principais estratégias utilizadas por esta para aumentar a sua competitividade dada a alteração no padrão de produção, visto a necessidade de reduzir custos e adaptar-se ao novo padrão. Conforme Botelho (1999 p.42):

"A tendência a desverticalização de atividades, com o conseqüente incremento das relações de subcontratação, foi uma das características principais dos processos de reestruturação industrial das GEs no período recente. Os elementos determinantes desse processo estão relacionados á procura por maior flexibilidade produtiva, dados os níveis de incerteza crescentes que caracterizam o atual estágio de desenvolvimento capitalista, e á tentativa de diminuição de custos nas GEs, em função do acirramento da competição intercapitalista. Os processos de desverticalização têm sido viabilizados, principalmente, pelos desenvolvimentos na área de informática e telecomunicações, que reduziram substancialmente os custos de transações interfirmas"

Constata-se, porém que este tipo de inserção apresenta algumas vantagens e desvantagens para as MPMEs. Sendo consideradas como principais vantagens às empresas de pequeno porte: a potencialização de novos produtos ou processos, obtenção de recursos, acesso aos mercados das GEs, e o acesso indireto dos ativos intangíveis das GEs. As vantagens relacionadas a este tipo de inserção por parte das grandes empresas apresentam-se principalmente no acesso a tecnologias em produtos, processos ou serviços desenvolvidos nas MPMEs especializadas e á diminuição de custos e riscos derivada da terceirização das suas atividades (Botelho, 1999).

Segundo Botelho (1999) as desvantagens estão relacionadas as grandes empresas que apresentam a produção de forma contínua e desfragmentada, que utilizam a atuação das pequenas empresas somente para atividades auxiliares como: manutenção, serviços administrativos e embalagens. Não configurando para as pequenas empresas

nenhum tipo de vantagem, é apenas uma forma de terceirizar atividades e diminuir os custos das grandes empresas.

Conforme Souza (1995), esta forma de inserção não possui um padrão único de relação entre as MPMEs e as grandes empresas. São identificadas as empresas satélites, totalmente submetidas ao comando das empresas mães, e as empresas que se beneficiam do privilégio de estar sob a proteção das grandes empresas. A funcionalidade da pequena empresa torna-se tão alta que adquirem um forte poder de barganha, sendo que a base e a dimensão dessas relações é muito mais a troca de conhecimentos e experiência do que a simples relação de subcontratação.

De acordo ainda com Souza (1995), apesar dessas relações onde a troca de experiência e conhecimento tornaram-se elementos essenciais nesta forma de articulação para aumentar a competitividade, a grande parte das relações de subcontratação ainda volta-se para a redução dos custos salariais que decorrem da fuga da legislação trabalhista, evasão fiscal e outros motivos "menos nobres" (grifo do autor).

Como já mencionado, há espaços para as MPMEs, mas somente para aquelas que tem flexibilidade e conhecimento acumulado, investindo em inovações tecnológicas e qualificação do pessoal. Neste tipo de articulação entre as grandes e pequenas empresas, as relações estão evoluindo em direção a cooperação tecnológica buscando fornecedores especializados e capacitados tecnologicamente, em detrimento da redução de custos com objetivo principal. Sendo que o sucesso desse tipo de relação depende também das assimetrias tecnológicas, ou seja, as firmas participantes em que as diferenças tecnológicas são menores, possui maior possibilidade de sucesso. Sendo que as firmas pequenas e tecnologicamente qualificadas são as que possuem maiores oportunidades neste tipo de articulação (Botelho, 1999).

2.2.4 Pequenas empresas organizadas em distritos industriais

As pequenas empresas organizadas em distritos industriais são denominadas de independentes, ou seja estas empresas não têm ligação direta com as grandes empresas. Podem ser empresas que operam em setores tradicionais, onde as barreiras a entrada são baixas e a concorrência é via preços, ou as pequenas empresas que concorrem com as grandes empresas em setores mais concentrados, onde a concorrência torna-se viável

graças a maior flexibilidade em termos organizacionais e os menores custos de mão de obra. Considera-se também empresas de pequeno porte que conseguem ser bem sucedidas em estruturas onde há clara liderança das GEs, identificando nichos de mercado não explorados pelas grandes empresas (Souza, 1995).

As empresas que tem a sua inserção no mercado através de organizações coletivas e cooperativas são chamadas também de modelo comunitário. Essas organizações têm vantagens competitivas relacionadas à eficiência coletiva e as relações entre os agentes são de importância fundamental. Conforme Souza (1995 p. 49):

"Para que as PMEs que integram essas organizações tenham vantagens diferenciadas, é necessário que essas comunidades de PMEs sejam mais que simples organizações geográficas e setoriais. O ponto fundamental é que as ações conjuntas e coordenadas permitam obter ganhos e vantagens que, de outra forma, seriam inacessíveis a uma pequena unidade individual".

De acordo com Botelho (1999), o ponto central neste tipo de inserção das pequenas empresas é a cooperação existente no interior desses distritos, e tem sido a base de sustentação destes, resultante das relações de longo prazo que são determinadas por vínculos sociais, econômicos e políticos. Os fatores que determinam o sucesso desses distritos são as economias externas, a cooperação interfirmas, a flexibilidade e a mão de obra.

As economias externas são caracterizadas pela interação entre os agentes componentes dos distritos, ou seja, as interações entre empresas e instituições públicas e privadas, a qual determina ambientes que proporcionam maior tendência a inovação e modernização produtiva e ao desenvolvimento da cooperação entre as empresas. A cooperação entre as empresas no interior destes distritos torna-se possível em função do alto nível de coesão social e do consenso estabelecido em torno de metas econômicas e sociais. São exemplos de ações cooperativas: a aquisição coletiva de materiais, utilização conjunta de equipamentos e instalações, a presença de instituições que promovam a modernização, entre outros (Botelho, 1999).

A flexibilidade é uma característica essencial das empresas de pequeno porte, que possuem alta capacidade de adaptar-se a situações novas. No caso dos distritos industriais verifica-se a rapidez na resposta as mudanças de mercado. A mão de obra

qualificada possibilita a capacidade de adaptar-se a situações novas, o que complementa a flexibilidade. A mão de obra encontrada no interior dos distritos tende a ser polivalente e apta a operar os equipamentos da fronteira tecnológica (Botelho, 1999).

Constata-se que este tipo de segmento, devido a uma maior coesão social, pode ampliar o peso e a voz política das empresas de pequeno porte e conferir-lhes também um poder coletivo de manobra frente às dificuldades encontradas. É de suma importância verificar as vantagens que este tipo de distrito garante às regiões em que se situam, seja em termos de dinamismo, desenvolvimento industrial e situação econômica financeira (Souza et. al., 1997).

2.3 Diferentes abordagens e tipologias de aglomerações produtivas

A abordagem de aglomerações produtivas de empresas destaca a importância das pequenas empresas localizadas num mesmo espaço geográfico e as suas formas de interação com as outras empresas. A capacidade de interação e os processos de cooperação entre as empresas têm conduzido ao aumento da competitividade e sustentabilidade dessas empresas na economia. A literatura dispõe de várias tipologias para melhor caracterizar o processo de concentração das pequenas em aglomerações produtivas.

As vantagens voltadas para a concentração de pequenas empresas num mesmo espaço geográfico têm contribuído para a sobrevivência e o desenvolvimento das pequenas empresas a um mundo crescentemente globalizado e em constante mutação. Vantagens essas relacionadas às sinergias coletivas, aprendizagem coletiva, cooperação e dinâmica inovativa que tornaram-se imprescindíveis para o sucesso dos aglomerados produtivos. Com a comprovação do sucesso deste tipo de aglomerações de empresas no mundo desenvolvido, como o da Terceira Itália e do Vale do Silício nos EUA, torna-se necessário para os países em desenvolvimento analisar as políticas voltadas a esse segmento, tratando então de mudar o foco de análise de empresas individuais e passar a considerar as interações articuladas dentro dessas aglomerações de empresas.

As aglomerações produtivas vieram contradizer a literatura convencional que acreditavam que as pequenas empresas eram estruturas que não tinham o poder de desenvolver-se e adaptar-se a novas situações e que com o passar do tempo declinariam. O

primeiro exemplo demonstrado de sucesso dessas aglomerações foi à região da Terceira Itália que floresceu em meio a uma crise da indústria italiana. No entanto, o sucesso desses aglomerados baseou-se nas interações entre os diversos agentes que os constituíam, perdendo então valor a análise individual das empresas ou por setores, até então utilizados pela literatura econômica.

Conforme Markussen (1995) um dos primeiros conceitos relacionado a aglomerações produtivas comentado pela literatura foi o de Distrito Industrial. Alfred Marshall no século XIX já destacava a importância das vantagens obtidas da produção em grande escala feita por uma grande quantidade de pequenas empresas, concentradas num dado território.

O sucesso dos distritos industriais originou-se de alguns princípios característicos dessas organizações de empresas. De acordo com Becattini (2002) os princípios originais dos distritos industriais são: a coexistência singular de concorrência e de solidariedade entre as empresas dos distritos, que reduz os custos de transações no mercado local; a efervescência da capacidade inovadora, favorecida pelo clima industrial reinante do distrito; a grande mobilidade, tanto horizontal quanto vertical, dos postos de trabalho; e a cooperação entre os membros dos distritos para alcançar os objetivos econômicos ou, às vezes, melhorar o ambiente geográfico e social do distrito propriamente dito.

Em relação aos atores que compõem os aglomerados locais, tanto dos sistemas quanto dos arranjos produtivos, os principais aspectos comuns são representados por: grupo de pequenas empresas, pequenas empresas nucleadas por grande empresa, associações, instituições de suporte, serviços, ensino e pesquisa, fomento, financeiras, etc. E as características em comum são relacionadas a: intensa divisão de trabalho entre as firmas, flexibilidade de produção e de organização, especialização, mão de obra qualificada, competição entre firmas baseadas na inovação, estreita colaboração entre as firmas e demais agentes, fluxo intenso de informações, identidade cultural entre os agentes, as relações de confiança entre os agentes e por fim as complementaridades e sinergias (Lemos, 1997).

Conforme Lemos (1997) as principais ênfases relacionadas às abordagens usuais de aglomerados locais são esquematizadas no quadro a seguir:

Quadro 2: Principais ênfases das abordagens usuais de aglomerados locais

ABORDAGENS	ÊNFASE	PAPEL DO ESTADO
Distritos Industriais	alto grau de economias externas redução de custos de transação	neutro
Distritos Industriais Recentes	eficiência coletiva – baseada em economias externas e em ação conjunta	promotor e, eventualmente, estruturador
Manufatura Flexível	tradições artesanais e especialização economias externas de escala e escopo redução de custos de transação redução de incertezas	indutor e promotor
Milieu Inovativo	capacidade inovativa local aprendizado coletivo e sinergia identidade social, cultural e psicológica redução de incertezas	promotor
Parques científicos e tecnológicos e tecnópolis	<i>property – based</i> setores de tecnologia avançada intensa relação de instituições de ensino e pesquisa/empresa hospedagem e incubação de empresas fomento à transferência de tecnologia	indutor, promotor e, eventualmente estruturador
Redes Locais	sistema intensivo em informação complementaridade tecnológica identidade social e cultural aprendizado coletivo redução de incertezas	promotor

Fonte: Lemos, 1997.

Devido a diversidade de estudos e programas de pesquisa sobre as aglomerações produtivas existe uma certa dificuldade de apresentar uma taxonomia única, dado que cada tipologia apresentada é referente aos objetivos de diferentes pesquisas. Dessa forma, com o resultado das pesquisas cada autor apresenta tipologias específicas sobre os aglomerados.

Amim (1993) apresenta três tipos de aglomerados: as aglomerações industriais em setores industriais ou artesanais, que apresentam sucesso devido importância dada a cooperação, a especialização da produção e os arranjos sociais e institucionais informais, os complexos *hi-tech*, com os seus altos investimentos de P&D com a importância de *venture-capital* e com a produção voltada para os bens sofisticados, e por último o autor destaca as aglomerações baseadas na presença de grandes empresas, demonstrando assim a

importância do suporte institucional regional para treinamentos de alta qualidade, educação, P&D e infraestrutura de telecomunicações.

Uma outra tipologia apresentada tem como critério básico a relação entre os aglomerados e os mercados explorados por estes. Segundo esta tipologia o desenvolvimento de qualquer aglomeração dependerá da sua posição na cadeia, da sua interação com outros elementos, da sua estrutura e dinâmica interna. Essa tipologia foi desenvolvida pela escola do *Institute of Development Studies* (IDS), onde são apresentados dois tipos de cadeia: as cadeias *producer-driven* e as cadeias *buyer-driven*. As cadeias *producer-driven* apresentam a produção dominada por grandes empresas que coordenam as ligações para frente e para trás, são exemplos deste tipo de cadeia os setores intensivos em capital e tecnologia. E as cadeias *buyer-driven* onde os grandes consumidores desempenham um papel essencial na organização das redes de empresas descentralizadas, apresentam-se como exemplo os setores de bens de consumo intensivos em mão de obra (Lastres et. al., 2003).

A tipologia sugerida por Storper (1997) utiliza a territorialização das atividades produtivas como critério de classificação. A territorialização está relacionada a localização da atividade econômica, mas no sentido das interdependências específicas da vida econômica. Uma atividade é classificada como totalmente territorializada quando a produção de determinados bens e a sua viabilidade econômica está enraizada em determinado local, ou seja, não pode ser facilmente transferida ou criadas em outras localidades (Lastres et. al., 2003).

Existe ainda uma taxonomia proposta por Storper & Harrison *apud* Suzigan et. al. (2002) que destaca a diversidade e a heterogeneidade dos sistemas de produção, e os classifica segundo três dimensões: as características do sistema produtivo (sistema insumo-produto), a existência de aglomerações de empresas e a estrutura de governança das redes de empresas.

No tipo *all ring-no core* a ausência de líderes nas relações, permite uma relação de iguais e sem nenhum tipo de hierarquia entre os atores. Exemplo deste tipo de sistema são os distritos industriais italianos dos anos 80. O segundo tipo de sistemas de produção, é o *core-ring coordinating firm*, onde os agentes dos sistemas estão submetidos a algum grau de hierarquia, dado pela presença de diferenças entre os agentes que compõem o sistema. Entretanto essa hierarquia é limitada não arriscando a sobrevivência das outras empresas.

O terceiro tipo é chamado de *core-ring with lead firm*, apresenta as mesmas características da forma anterior, apenas com uma diferença que neste caso a empresa líder é dominante. Das estratégias da empresa líder depende a participação e sobrevivência das outras empresas participantes do sistema. No quarto tipo as tarefas de produção e distribuição dos produtos são assumidas pela grande empresa verticalizada, não apresentando então uma rede de empresas, e denomina-se *all core*.

Conforme Markussen (1995), “*um distrito industrial é uma área espacialmente delimitada, com uma nova orientação de atividade econômica de exportação e especialização definida, seja ela relacionada á base de recursos naturais, ou certos tipos de indústria ou serviços*”. De acordo ainda com a autora os distritos industriais classificam-se em quatro tipos : NDI Marshaliano, o NDI Centro radial, o NDI Plataforma Satélite e o NDI suportado pelo Estado.

NDI Marshaliano: A autora trata os distritos industriais como NDI – Novos Distritos Industriais, onde nestes é especificado a cooperação existente entre os agentes como um importante fator de competitividade, enquanto na formulação original proposta por Marshall sobre Distritos Industriais, tal fator não é considerado. Na formulação original de Marshall considera-se os distritos uma região com estrutura econômica baseada em pequenas firmas com origem, propriedade e decisões sobre investimentos e produção de base local.

As principais características que diferem os NDI e sua variante italiana dos distritos marshalianos são: alta incidência de intercâmbio de pessoal entre consumidores-intermediários e fornecedores, alto grau de cooperação entre competidores no rateio dos riscos em geral e dos custos de inovações e na busca de estabilização de seus mercados, parcela desproporcionalmente alta dos trabalhadores envolvida em tarefas de inovação e/ou design, associações patronais fortes e a decidida atuação dos governos locais na regulação e na promoção das principais indústrias.

Neste tipo de distrito industrial toda a sua rede de transações é feita entre as empresas locais, ou seja, com empresas localizadas no interior do distrito, sendo destacados as relações de compras de insumos e serviços que podem ser realizadas com as empresas de fora do distrito, e o resultado da produção do interior do distrito que podem também ser vendida para empresas externas ao distrito.

NDI Centro-Radial: Este tipo de distrito industrial tem como principal característica a estrutura baseada em uma ou mais grandes empresas verticalmente integradas. A sua rede de transações é relacionada a uma única grande empresa que compra de fornecedores locais externos, e vende para mercados constituídos por grandes compradores ou para um grande número de pequenos consumidores individuais.

Os distritos industriais centro radiais podem ter uma relação mais firme de ligações, onde as pequenas firmas são dependentes da demanda e da oferta das mais importante, ou uma relação mais nuclear, onde as pequenas firmas aproveitam-se das economias de aglomeração proporcionadas pelas firmas-eixo do distrito, sem necessariamente tê-las como compradoras ou fornecedoras.

A ausência de cooperação entre os competidores nos distritos centro radiais é a diferença marcante em relação aos Distritos Marshalianos. Encontram-se algumas alianças estratégicas das maiores firmas com parceiros de outras regiões. Nos distritos industriais centros radiais é inexistente alguma estrutura de coordenação, esta coordenação encontra-se nas mãos das grandes firmas que utilizam-se de estratégias de alcance global e não regional.

NDI Plataforma Industrial Satélite: Esta forma de relação das empresas no interior dos Distritos Industriais é caracterizada basicamente por sucursais ou subdivisões de corporações multinacionais, e que tanto pode ter um caráter *high tech* quanto meramente se basear em filiais atraídas por baixos salários, baixos impostos e por incentivos governamentais. As atividades desenvolvidas nessas plataformas podem variar desde simples rotinas de montagem até pesquisas relativamente sofisticadas.

As reduções de custo como salários, aluguéis e impostos, referente a instalação de plataformas satélites, são os principais objetivos que as multinacionais almejam ao planejar instalar-se em uma região específica. No entanto as plataformas (regiões) que oferecem uma oferta de serviços diferencial, com uma participação nas atividades mais sofisticadas e uma maior qualidade de vida, tendem a serem menos vulneráveis.

O aumento no percentual de investimentos nesses distritos é altamente dependente das decisões das grandes firmas em investir ou não na localidade de uma plataforma específica. A característica mais marcante desse tipo de estrutura é a total ausência de conexões ou transações no interior do distrito e sua exclusiva orientação para

matriz ou para outras subsidiárias da mesma corporação, inclusive no que respeita ao intercâmbio de pessoal. A plataforma satélite utiliza a mão de obra local apenas para atividades mais rotineiras.

NDI suportado pelo Estado: Nesse tipo de distrito industrial a âncora do desenvolvimento econômico regional apresenta-se na forma de grandes instituições públicas ou não lucrativas, seja uma universidade, uma base militar, um centro de pesquisa ou laboratório ligado ao setor bélico, um complexo prisional ou uma forte concentração de órgãos públicos.

O crescimento dos fornecedores é grande em razão do dispêndio das instituições públicas e da dimensão dessas empresas. O mercado de trabalho tende a organizar-se em função das principais atividades das instituições em questão. As empresas locais não desempenham um papel tão relevante na economia local, como no caso dos distritos marshalianos ou centro-radiais. Os investimentos na região ficam a critério da empresa âncora e os governos locais trabalham no sentido de incentivar tais empresas a aumentarem os seus investimentos.

2.3.1 Arranjos e Sistemas Produtivos Locais

A análise dos arranjos e sistemas produtivos locais parte da visão neoschumpeteriana que considera que a capacidade de gerar inovações é o fator essencial para o sucesso e a competitividade das empresas. O aumento da competitividade dos arranjos e sistemas produtivos locais é obtido através da capacidade de gerar economias externas, que podem ser criadas pelo sistema ou ser incidentais. As economias externas incidentais são decorrentes de três fatores: a existência de um grande contingente de mão de obra especializada, a presença de fornecedores especializados e a disseminação do conhecimento entre os produtores locais (Suzigan, et. al., 2002).

A eficiência coletiva é determinada pela junção das economias externas incidentais, e as economias externas criadas deliberadamente. As economias externas criadas por agentes da própria aglomeração podem ser resumidas em compra de matérias primas, promoção de cursos de capacitação gerencial, formação profissional, criação de

consórcios de exportação, contratação de serviços especializados, estabelecimento de centros tecnológicos de uso coletivo e as cooperativas de créditos (Suzigan et. al., 2002).

O ponto fundamental relacionado aos aglomerados de empresas referem-se à localização, ou seja, a proximidade ou concentração geográfica das empresas. Contudo desenvolveu-se um grande número de conceitos para essas aglomerações de empresas devido a diversidade das interações existentes entre os agentes. Um dos conceitos de aglomerações produtivas são os arranjos produtivos locais que apresentam-se caracterizados pelas aglomerações territoriais dos diversos atores, agentes econômicos, políticos e sociais, que apresentam vínculos mesmo que incipientes (Lastres et. al., 2002).

Os sistemas locais e inovativos apresentam vínculos consistentes entre os agentes, representando assim um estágio superior aos arranjos produtivos locais. Conforme conceituado abaixo pela RedeSist *apud* Lastres et. al. (2002 p.13):

“São aqueles arranjos produtivos cuja interdependência, articulação e vínculos consistentes resultam em interação, cooperação e aprendizagem, com potencial de gerar incremento da capacidade inovativa endógena, da competitividade e do desenvolvimento local”.

Conclui-se então que as diferentes tipologias de aglomerados produtivos têm o objetivo de identificar os mecanismos que podem elevar as aglomerações produtivas para um patamar mais elevado, que seriam os arranjos e sistemas produtivos. Sendo então necessário a identificação dos atores que compõem a cadeia produtiva, entendimento das diversas interações entre os agentes e os tipos de relações existentes ao longo da cadeia produtiva, para poder então formular políticas de apoio e incentivo que induzam esse as MPMEs ao desenvolvimento.

2.3.2 Governança em aglomerações produtivas

Um elemento importante no estudo de aglomerações produtivas é a coordenação dos agentes do sistema local. Verificar a existência e interações entre empresas, instituições, governo, organizações não governamentais, entre outros que têm a coordenação dos agentes dos aglomerados é o ponto principal para caracterizar o tipo de

governança. Sendo que o tipo de governança varia de acordo com os tipos de arranjos e sistemas produtivos locais.

Conforme demonstra Lastres et. al.(2003 p.06), o conceito de governança parte da idéia geral de estabelecimentos de regras no sistema.

“... estabelecimento de práticas democráticas liberais por meio da intervenção e participação de diferentes categorias de atores – Estado, em seus diferentes níveis, empresas privadas locais, cidadãos e trabalhadores, organizações não governamentais etc – nos processos de decisão locais”.

Governança em redes ou hierárquica

Uma primeira classificação de governança apresenta-se na forma de organização das empresas locais, as empresas estão em forma de redes ou existe alguma grande empresa que funcione como ponto central dentro do sistema, ou seja, de forma hierárquica. A forma de governança em redes observa-se a ausência de uma grande empresa que coordene o processo. Ao contrário na forma hierárquica existe uma ou mais grandes empresas que funcionam como âncora no desenvolvimento regional.

A governança é estabelecida quando as empresas de uma determinada cadeia trabalham segundo as especificidades e parâmetros estabelecidas por outras empresas. Existem, no entanto quatro parâmetros que regularizam o controle das empresas líderes sobre a cadeia produtiva são estes: o que deve ser produzido, como deve ser produzido, quando deve ser produzido e quanto deve ser produzido (Humphrey et.al. 2001).

A empresa líder da cadeia especifica padrões e parâmetros com o intuito de diminuir os riscos as quais estão expostas, como os fatores de qualidade, tempo de resposta e confiabilidade de entrega. Sendo que os parâmetros são maiores nos estágios iniciais da relação com os fornecedores e com o passar do tempo esses parâmetros tende a diminuir, pois os fornecedores capacitados podem adquirir a confiabilidade dos coordenadores da cadeia (Humphrey et. al. 2001).

São verificadas diferentes estruturas de governança, no entanto, a estrutura da governança é dada pelo poder de deter os ativos chaves do processo produtivo. Nas cadeias dirigidas pelo produtor os ativos-chave são produtivos, e nas cadeias dirigidas pelo

comprador as empresas coordenadoras têm em poder a posse de ativos comerciais, como marcas ou canais de distribuição e comercialização.

Na cadeia dirigida pelo comprador é muito mais fácil para os grandes compradores efetuarem relações com os aglomerados de empresas, pois os grandes compradores exigem de seus produtores qualidade na produção e para isso muitas vezes instalam escritórios de assistência tecnológica e organizacional nos países de seus produtores. As relações entre os compradores e produtores instalados em aglomerados apresentam vantagens para o comprador como redução de custos e um maior poder de organização da cadeia global (Suzigan, 2002).

Governança Pública ou Privada

A governança em aglomerados produtivos do setor pode ser realizada pelo setor público ou privado. Nos casos de governança coordenada pelo setor público esta é dada através de políticas de fomento ao desenvolvimento e a competitividade das empresas locais, são exemplos dessas ações a criação e manutenção de organismos voltados à promoção do desenvolvimento dos produtores locais, como centros de treinamentos de mão-de-obra, centro de prestação de serviços tecnológicos e agências governamentais de desenvolvimento (Suzigan, 2002).

Nos casos de governança pelo setor privado as ações são dadas através de associações de classe e de agências locais privadas de desenvolvimento. As ações instituídas por essas instituições visam o desenvolvimento local por meio de ações de fomento a competitividade e de promoção do conjunto de empresas (Suzigan, 2002).

Conforme Suzigan (2002) a governança pública ou privada do sistema local é responsável em grande parte pelo desenvolvimento local das empresas integrantes do sistema, estimulando as relações cooperativas existentes, estabelecendo ações conjuntas entre os agentes e assim aumentando a competitividade do conjunto de produtores.

De acordo com o analisado as empresas de pequeno porte elevaram a sua importância com a alteração do modelo fordista de produção para o de especialização flexível na década de 70. Devido a heterogeneidade das pequenas empresas estas encontram-se inseridas no mercado em diferentes estruturas e atuando de através de diversas relações.

No entanto verifica-se que as vantagens das micros, pequenas e médias empresas tornam-se mais evidentes quando estas encontram-se atuando de forma conjunta. Dado a diversidade de estudos nesta área torna-se impossível classificar essas aglomerações de empresas de forma única, visto que cada classificação adota critérios diferentes. Contudo torna-se necessário analisar as políticas voltadas para as micros, pequenas e médias empresas e verificar se estas têm levado em consideração a atuação conjunta das empresas e as vantagens referentes a essa atuação.

2.4 As possibilidades de políticas voltadas para aglomerações produtivas

Conforme analisado as micros, pequenas e médias empresas apresentam uma série de vantagens quando encontram-se localizadas em aglomerações produtivas. Vantagens essas decorrentes da proximidade geográfica e das relações estabelecidas entre as próprias empresas e entre estas e os demais agentes do aglomerado tais como: instituições de pesquisa, de apoio e de desenvolvimento tecnológico.

Este item tem como objetivo verificar as possibilidades de políticas voltadas para as empresas localizadas nas aglomerações produtivas dada importância dessas na economia.

2.4.1 Política Industrial

A política industrial tem como objetivo superar o estágio de desenvolvimento em que encontram-se as indústrias e elevar o seu estágio para um patamar mais elevado, ou seja a superação das forças produtivas existentes em um determinado espaço nacional. De acordo com Kupfer (2002 p.545):

“A política industrial deve ser entendida como o conjunto de incentivos e regulações associadas a ações públicas, que podem afetar a alocação inter e intra-industrial de recursos, influenciando a estrutura produtiva e patrimonial, a conduta e o desempenho dos agentes econômicos em um determinado espaço nacional”.

Os objetivos das políticas industriais dependem do enfoque teórico adotado. Kupfer (2002) destaca a existência de três correntes principais: a ortodoxa, que coloca em

questão as fronteiras de atuação do Estado e do mercado, a desenvolvimentista que prioriza o poder econômico e produtivo das nações e por fim a evolucionista que apresenta como foco a competência dos agentes na promoção de inovações.

A corrente ortodoxa enfatiza o papel do Estado em situações em que ocorre a falha de mercado. Esta corrente considera que as informações e racionalidades dos agentes são perfeitas e as falhas de mercado restringem-se a poucas situações como: estruturas de mercado ou condutas não competitivas, externalidades, bens públicos, direitos de propriedade comum ou diferenças entre as taxas de preferências intertemporais sociais e privadas. A atuação do Estado apresenta-se de forma corretiva, intervindo apenas quando alguma das falhas do mercado estiver impactando de forma negativa a sociedade como um todo.

Enfatizando o papel do Estado como elemento ativo, e não apenas corretivo apresenta-se a corrente desenvolvimentista, que caracteriza um Estado que estabelece como princípio de legitimidade a capacidade de promover e sustentar o desenvolvimento. Nesta ótica o Estado dispõe de todos os instrumentos de política econômica para fins específicos da indústria, beneficia principalmente o setor privado, a empresa nacional, priorizando o crescimento, a rivalidade e a produtividade e têm como exemplo a ser seguido as experiências internacionais. Assim os principais desafios do Estado estão em adaptar-se as mudanças correntes na indústria, evoluindo a sua capacidade de intervir no setor.

Por fim a política evolucionista inspirada em Schumpeter, que destaca a capacidade de inovar das empresas compreendendo as relações entre as estruturas de mercado, estratégia empresarial e progresso técnico. Nesta abordagem a competição representa um processo dinâmico, o mercado é o lugar das interações estratégicas e da rivalidade entre as empresas. A concorrência por inovação tecnológica, as inter-relações entre os agentes econômicos, as estratégias de capacitação e desempenho, e a importância do ambiente e do processo seletivo são aspectos que ajudam a compreender a abordagem evolucionista. O Estado nesta corrente possui um papel relevante seja ampliando a intensidade do processo seletivo e criando instituições facilitadoras do processo de geração e difusão de novas tecnologias.

Existe ainda de acordo com Kupfer (2002) uma diferenciação das políticas industriais em relação ao seu alcance. Políticas industriais que buscam melhorar o

desempenho da economia como um todo, sem a distinção de algum setor específico são chamadas de políticas industriais horizontais. As políticas voltadas para uma indústria específica, recebem o nome de políticas industriais verticais.

2.4.2 Possibilidades de Políticas

A partir da década de 70 com a alteração do padrão de produção as MPMEs passaram a ser vistas como responsáveis pelo desenvolvimento da economia de vários países. Essas empresas passaram do patamar marginal da economia para um lugar de destaque. As MPMEs sustentaram a sua permanência no mercado através da sua capacidade de adaptação e flexibilidade. Sendo que essas vantagens são melhores alcançadas quando essas empresas encontram-se aglomeradas em um determinado território.

Torna-se claro após o desenvolvimento dos diversos conceitos de aglomerados e de suas relações que as políticas voltadas para as pequenas empresas de forma individual podem surtir poucos efeitos, já que as empresas de pequeno porte aumentam a sua competitividade quando articuladas e interagindo com outros agentes: pequenas empresas, grandes empresas, Estado, instituições públicas ou privadas.

De acordo com Segenberger (2002) para uma melhor formulação das políticas voltadas para o apoio e incentivo das MPMEs em aglomerações produtivas devem ser levadas em conta as especificidades dessas aglomerações como: a flexibilidade ativa das empresas, a eficiência coletiva, a concorrência com base na cooperação, o desenvolvimento regional endógeno promovido por estas, a comunidade de negócios e social, a competência empresarial, mão de obra e o novo papel do governo local.

Contudo, a diversidade e a heterogeneidade das formas espaciais de aglomerações produtivas e das formas de governança torna-se impossível estabelecer uma política única voltada para as empresas de pequeno porte. As políticas voltadas para as MPMEs devem ser planejadas e orientadas para cada caso específico.

Conforme Lastres et. al. (2003) o foco das novas políticas de desenvolvimento devem centralizar os esforços na promoção dos processos de geração, aquisição e difusão de conhecimentos buscando a partir de uma visão sistêmica, estimular as múltiplas fontes

de conhecimento, as interações entre os agentes, fomentar a difusão do conhecimento codificado e tácito por toda a rede de agentes locais.

Ressalta-se então a necessidade de identificar e desenhar políticas que levem em conta as especificidades e requisitos dos diferentes ambientes e atores locais e a consideração de que as políticas serão mais efetivas e bem sucedidas se focalizarem o conjunto dos agentes e seus ambientes. Sendo que o sucesso de tais políticas está subordinado a articulação e coordenação destas em nível local, regional, nacional e até supranacional (Lastres et. al., 2003).

O reconhecimento que as políticas voltadas para subsídios e isenções tributárias tradicionalmente praticadas pelo governo parece perder importância quando analisadas para o desenvolvimento de aglomerações produtivas. Claro que crédito é importante para qualquer setor ou segmento estudado, mas as políticas que estimulam o crescimento e o desenvolvimento dos aglomerados são políticas voltadas para a capacitação e para o estímulo inovativo das pequenas empresas.

Scott *apud* Suzigan (2002) resumem os objetivos de uma política industrial voltada para aglomerados em três fatores: garantia de um suprimento adequado de insumos e serviços para as atividades locais ou regionais, a cooperação entre as empresas de modo a melhorar a eficiência coletiva, e a constituição de fóruns locais de ação e escolhas estratégicas que ajudem a manter a coesão social de toda a economia local.

Conforme Suzigan et. al. (2002) os objetivos das políticas que visem um melhor desenvolvimento dos arranjos produtivos locais devem atuar de forma a estimular as iniciativas coletivas, adequar a infra-estrutura física e o suprimento de serviços especializados, intensificar os fluxos de conhecimento e fortalecer a capacidade de aprendizado das empresas, principalmente das Micros, Pequenas e Médias Empresas. De acordo com os objetivos citados o autor propõe uma série de princípios gerais que as políticas teriam que estimular tais como:

- contratação de uma agente coordenador que articule as ações e interações de empresas e instituições locais ;
- criação de novas empresas como desmembramentos das empresas e instituições de pesquisa locais;
- intensificação de atividades internas de P&D das empresas;

- constituição ou reforço de centros coletivos, tecnológicos e de formação de recursos humanos;
- suprimimento de serviços empresariais especializados intensivos em conhecimento;
- implantação de programas de gestão empresarial e da qualidade total;
- utilização dos instrumentos legais de proteção à inovação;
- criação de sistemas de informações.

Verifica-se então que todos os princípios sugeridos pelo autor enfatizam a geração, aquisição e difusão de conhecimentos, o aprendizado coletivo, a cooperação entre empresas e instituições locais e a formação de redes de negócios, que tendem então a gerar externalidades positivas para o desenvolvimento local da região e economias externas que estimulam de forma sustentável o crescimento e desenvolvimento das pequenas empresas inseridas em aglomerações produtivas.

Constata-se então que o tipo de política utilizado para fomentar os arranjos industriais baseia-se em Schumpeter, que abre caminho para a inovação, afirmando que esta é o motor do desenvolvimento econômico. O foco da política industrial para Micros, Pequenas e Médias Empresas está mudando. A análise que era feita apenas individualmente passa a ser feita diante de uma estrutura de interações entre os agentes e do aprendizado coletivo. O principal objetivo que era as isenções e subsídios tributários passa a ser a capacitação dos agentes em estimular inovações, tornando-se assim cada vez mais competitivos e capazes de adaptar-se a um mundo em constante mutação.

CAPÍTULO III

AS EXPERIÊNCIAS INTERNACIONAIS DE POLÍTICAS PARA MPMEs E O CASO DO BRASIL

As políticas voltadas para as MPMEs vêm sofrendo alterações devido à abertura comercial mundial da economia. As pequenas empresas diante da dificuldade de sobrevivência a um mundo crescentemente globalizado têm buscado mudar as suas estratégias. A especialização e a flexibilidade, características marcantes das pequenas empresas, tendem a fortalecer-se quando as pequenas empresas encontram-se localizadas em aglomerações produtivas. Os governos de vários países desenvolvidos, verificando a importância dessas empresas na diminuição do desemprego e no aumento do desenvolvimento regional, tratam de reformular as suas políticas industriais dando uma ênfase maior às empresas de pequeno porte.

O foco das políticas industriais que até então tratava basicamente das empresas individuais e da concessão de subsídios e incentivos fiscais foram reformuladas, enfatizando os elementos responsáveis pelo aumento da competitividade das empresas como as aglomerações produtivas, os investimentos na capacitação e treinamento de pessoal, a promoção de inovações e a internacionalização das atividades produtivas.

Portanto este capítulo tem como objetivo descrever as principais políticas de apoio e incentivo as MPMEs em diversos países, enfatizando as políticas de financiamento, as políticas voltadas para a inovação e as políticas de internacionalização/exportação. E por último verificar como estão sendo tratadas estas políticas no caso específico brasileiro.

3.1 Políticas de financiamento

A necessidade de crédito das MPMEs representa uma tarefa difícil pois exige a articulação de diferentes modalidades de intervenção. Não existe um padrão único de políticas voltadas para o apoio financeiro, devido a heterogeneidade e especificidades

dessas empresas, estas políticas tendem a variar de acordo com o contexto do país ou da região em que estas empresas encontram-se inseridas.

Os programas de apoio financeiro as MPMEs na maioria dos países ainda são operados no sistema tradicional bancário. Neste sistema a maior preocupação é a minimização dos riscos, ou seja a garantia de recebimento dos financiamentos realizados. Para minimizar este risco as instituições bancárias acabam elevando as taxas de juros praticadas ou estabelecendo o fornecimento de garantias, o que torna-se uma barreira ao acesso das MPMEs.

De acordo com Lastres et. al. (2002) as principais limitações para financiamento das MPMEs devem-se a três pontos: a incapacidade dos agentes financeiros ligados ao sistema bancário comercial em oferecer condições de acesso ao crédito de acordo com as necessidades das MPMEs, a falta de articulação entre os instrumentos de apoio financeiro oferecidos por diferentes agentes e em diferentes âmbitos e a ênfase dada à empresa individual.

O aumento da importância das empresas que integram as aglomerações produtivas tem-se intensificado com o decorrer do tempo, no entanto verifica-se a dificuldade em alguns países desenvolvidos e em desenvolvimento em estabelecer mecanismos de financiamento que visem as empresas articuladas em arranjos e sistemas produtivos locais. É importante ressaltar que para o sucesso das micros, pequenas e médias empresas, as instituições financeiras locais/regionais desempenham um papel primordial no apoio as estratégias de crescimento e desenvolvimento de tais aglomerações. Exemplos do sucesso dessas aglomerações de empresas são os distritos industriais italianos, os distritos localizados no Vale do Silício na Califórnia e a região de *Baden-Wurttemberg* na Alemanha que estão vinculados a instituições eficientes de financiamento de conjunto articulados de empresas (Lastres et. al., 2002).

Conforme Lastres et. al. (2002) verifica-se vantagens no financiamento de MPMEs articuladas em arranjos ou sistemas tais como: a redução nos custos de transação em relação a provisão de serviços financeiros para as empresas individuais, a diluição de riscos associados ao financiamento, ao fortalecimento das relações entre atores nos arranjos e sistemas e a superação de barreiras tradicionais ligadas ao financiamento de investimentos de médio e longo prazo.

3.1.1 Capital de Risco

O capital de risco é uma alternativa de apoio financeiro associado a níveis elevados de risco e menor liquidez quando comparado com outras formas de financiamento. O desenvolvimento e o sucesso das aglomerações localizadas no Vale do Silício, na Califórnia teve como principal mecanismo de financiamento o *venture capital* (Lastres et. al., 2002).

A utilização do capital de risco pela MPMEs podem envolver três modalidades de programas ou ações. A primeira modalidade refere-se ao desenvolvimento direto da forma de capital de risco onde os recursos financeiros são canalizados através de fundos de capital de risco ou são canalizados na forma de empréstimos a taxas reduzidas ou em troca de participação no capital. Na segunda modalidade constata-se a promoção de incentivos para iniciativas de investimento em capital de risco em MPME e a terceira é a regulamentação dessa modalidade de apoio (Lastres et.al., 2002).

Na maioria dos países com exceção dos EUA, a indústria de capital de risco apresenta um nível reduzido de operações quando refere-se a investimentos em MPMEs nos estágios iniciais devido ao risco e ao elevado grau de incerteza. A ausência de investimentos nas fases iniciais do desenvolvimento das empresas dificulta a sobrevivência da permanência dessas empresas no mercado (Lastres et. al., 2002).

O desenvolvimento desse tipo de programa depende basicamente do nível de participação do governo. Sendo que o papel do governo tende a variar de acordo com o contexto de cada país (Lastres et. al. 2002).

Nos EUA, o SBA - *Small Business Adminsitration* - principal órgão de apoio as MPMEs nos EUA financia o capital de risco através de um órgão específico chamado *Small Business Investment Company Program* (SBIC):

“SBICs são companhias de investimento privadas com fins lucrativos que oferecem capital de risco e financiamento de longo prazo, além de assistência gerencial as pequenas empresas. Para realizar tais investimentos, as companhias utilizam recursos próprios e recursos obtidos com a emissão de debêntures garantidas pela SBA” (Puga, 2000 p.22).

Conforme Puga (2000) os empréstimos feitos por esta instituição para as empresas de pequeno porte são feitos na forma de debêntures, debêntures conversíveis em ações, ou pela compra de ações emitidas pelas empresas

Em países em desenvolvimento ou nos países em que as estruturas do mercado de capital de risco são menos desenvolvidas torna-se necessário a construção de um aparato institucional adequado a este tipo de mercado relacionado ao estabelecimento de uma sólida rede de intermediários financeiros e à criação de novos mercados (Lastres et. al., 2002).

Apesar do sucesso desta modalidade em aglomerações produtivas os recursos financeiros são voltados para MPMEs de forma individual não enfatizando as relações entre as firmas e entre estas e outras instituições.

3.1.2 Mecanismos de Garantia e Aval

Conforme Lastres et. al. (2002) os mecanismos de garantia de crédito cumprem papel importante no sentido de reduzir o risco elevado por instituições financeiras na concessão de empréstimos às MPMEs. Neste sentido os mecanismos de garantia e aval auxilia as MPMEs que apresentam projetos viáveis, mas não apresentam capacidade de oferecer garantias reais. Países como Canadá, Bélgica, Dinamarca, Finlândia, França, Alemanha, Irlanda, EUA adotaram em suas políticas de apoio e incentivo às empresas de pequeno porte este tipo de mecanismo.

As garantias de empréstimos podem ser operadas financiadas pelo governo e operadas por meio de bancos comerciais como no caso dos Estados Unidos, Reino Unido e Canadá. Já nos países França, Alemanha e Japão esse tipo de mecanismo é financiado por meio de associações comerciais e outras instituições financeiras que operam em âmbito local, e contam com a garantia do governo caso ocorra alguma perda (Lastres et. al., 2002)

O modelo de cooperativas de crédito italianas é um exemplo do mecanismo de garantia de crédito. Este modelo tem como principal objetivo amenizar os problemas de falta de crédito devido à ausência de garantias das MPMEs para a obtenção dos empréstimos, através de uma ampla rede de instituições que compartilham entre si os riscos das operações de crédito dos bancos. As cooperativas de crédito italianas são associações de MPMEs que oferecem garantias para os empréstimos do sistema financeiro.

Estas cooperativas contam com o apoio dos consórcios de garantia de crédito da Itália que funciona como uma espécie de ressegurador dessas associações. Estes consórcios de crédito na Itália conta por fim com o aval da União Européia, através do Fundo Europeu de Investimento (Puga, 2003).

O modelo das cooperativas de crédito italianas combina interesses individuais com a criação de uma relação de confiança entre as empresas, reduzindo os problemas de assimetria de informação. Um exemplo dessa relação de confiança é o *Consorzio Artigian Credit Emilia Romagna*. Para obter apoio de sua cooperativa, a empresa encaminha um formulário solicitando o financiamento, a cooperativa analisa o pedido e encaminha para o Banco que oferece as melhores condições, sendo a proposta aprovada, a cooperativa avaliza 50% do financiamento. Percebe-se que o principal fator de redução de risco percebido pelos bancos está mais na confiança das cooperativas do que no percentual garantido por estas. Esta confiança deve-se as condições da cooperativa em efetuar uma boa pré-seleção, já que possui um forte conhecimento das empresas associadas. A falta de uma boa pré-seleção pode ameaçar a própria reputação da cooperativa em futuros empréstimos. Os bancos tornam-se mais dispostos a conceder o crédito quando percebem o risco menor da transação (Puga, 2003).

Os sistemas de garantias recíprocas da Espanha têm o mesmo objetivo do modelo de cooperativas de crédito italianas, ou seja, a minimização dos problemas de exigência de garantias das MPMEs pelo setor bancário para a obtenção de empréstimos. O sistema de garantias recíprocas espanholas conta com a Companhia Espanhola de Refinanciamento S.A (Cersa) que é um órgão do governo federal e age como um ressegurador das associações. O Cersa também conta com o aval da União Européia, através do Fundo Europeu de Investimentos (Puga, 2003).

De acordo com Puga (2003) a principal diferença entre sistema de garantias recíprocas na Espanha e o sistema de cooperativas italianas é o envolvimento do setor público no processo que é maior no sistema espanhol. O envolvimento do setor público apresenta-se na integralização do capital, que no sistema italiano é feito pelas próprias empresas, através das federações das indústrias e associações das MPMEs, e no sistema espanhol conta com o Cersa – Companhia Espanhola de Refinanciamento S.A – que é um órgão do governo federal.

O Japão conta com o sistema de crédito suplementar que assim como nas cooperativas de crédito italianas e nas sociedades de garantias recíprocas espanholas, prevalece a existência de uma divisão de riscos que minimiza as exigências do sistema financeiro de garantias das empresas. O grande diferencial do sistema de crédito suplementar japonês está no maior grau de envolvimento do setor público, as instituições públicas locais - *Credit Guarantee Corporations* (CGCs) – que exercem o papel das cooperativas italianas e dos sistemas espanhóis (Puga, 2003).

O modelo de cooperativas de crédito italianas, os sistemas de garantias recíprocas da Espanha e o sistema de crédito suplementar do Japão contam com relações entre as firmas e com instituições na constituição de associações de MPMEs que atuam oferecendo garantias ao sistema financeiro.

Nos EUA o *Small Business Administration* (SBA) atua no financiamento das empresas de pequeno porte de forma individual facilitando o acesso dessas ao sistema financeiro através de vários programas de aval. O principal programa de aval da SBA é o *Loan Guaranty Program*, onde são concedidas garantias de empréstimos para as empresas iniciarem suas atividades ou para as empresas existentes expandir ou renovar as suas instalações, comprar máquinas e equipamentos, financiar recebíveis, aumentar o capital de giro, refinarçar as dívidas existentes, provisionar linhas de créditos sazonais, construir prédios comerciais e comprar terrenos e prédios (Puga, 2000).

Conforme Puga (2000) os prazos de maturação dos empréstimos variam de acordo com o objetivo da aplicação dos empréstimos e da capacidade de pagamento das empresas. Os empréstimos são liberados para as empresas com dificuldade de acesso ao crédito, então a SBA exige que os ativos dos acionistas com mais de 20% no empreendimento sejam reavaliados com frequência, pois caso o valor desses ativos ultrapassem determinados limites, o SBA exige que os acionistas injetem capital na empresa.

Quadro 3: Principais características dos instrumentos de financiamento internacionais.

Políticas	Características	Órgão executor Papel do Governo	Abrangência
Capital de Risco	<ul style="list-style-type: none"> - <i>Firma</i> - criação de fundos de capital de risco - promoção de incentivos para estimular iniciativas de investimentos privados em capital de risco em MPME - regulamentação dessa modalidade 	<ul style="list-style-type: none"> - instituições do mercado privado - nos EUA – SBIC - papel do governo varia conforme o contexto de cada país 	<ul style="list-style-type: none"> - MPMEs de diversos setores
Mecanismos de Garantia e Aval	<ul style="list-style-type: none"> - <i>Relações entre firmas</i> - modelo de cooperativas de crédito italiana - sistemas de garantias recíprocas da Espanha - sistema de crédito suplementar do Japão - <i>Firma individual</i> - auxílio para as empresas iniciarem as suas atividades (EUA) - expandir ou renovar as suas instalações (EUA) 	<ul style="list-style-type: none"> - bancos comerciais (EUA, Reino Unido e Canadá), mas financiados pelo governo - instituições financeiras locais e associações comerciais (França, Alemanha e Japão) - SBA (EUA) - envolvimento do governo varia de país para país - Cersa (Espanha), órgão do governo federal - Fundo Europeu de Investimento (Itália) 	<ul style="list-style-type: none"> - associações de MPMEs de diversos setores - empresas exportadoras (EUA)

Fonte: Elaborado pela autora com base em Lastres et. al., (2002) e Puga (2000).

3.2 Políticas de inovação

Nas últimas décadas abandona-se a ideia da inovação como um processo linear. A importância da inovação como um elemento de competitividade para as empresas passa a torna-se objeto de políticas que incentivem a capacidade de inovar das empresas. Verifica-se o aumento da capacidade das MPMEs em gerar inovações e adaptar-se a elas principalmente quando estas se encontram localizadas em aglomerações produtivas.

Ao abandonar a ideia linear da inovação e valorizar as pequenas empresas articuladas entre si como fonte de geração de inovações verifica-se que:

“O processo de inovação é, portanto, um processo interativo, realizado com a contribuição de variados agentes socioeconômicos que possuem diferentes tipos de informações e conhecimentos. Essa interação se dá em diferentes níveis, entre variados departamentos de uma mesma empresa, entre empresas distintas e com outras organizações, como aquela de ensino e pesquisa” (Lastres et. al., 2002 p. 101).

O aumento no percentual de inovações geradas pelas pequenas empresas deve-se as características específicas destas como: a flexibilidade, a especialização e as estruturas menos hierárquica e burocratizada. No entanto as empresas de pequeno porte possuem algumas restrições que dificultam a sua sobrevivência no mercado e por consequência a sua capacidade de inovar. Estas restrições são ligadas basicamente aos recursos humanos, financeiros e tecnológicos.

É necessário ressaltar que em muitos países principalmente os desenvolvidos, o caráter de articulação entre as empresas e a geração de inovações já foram reconhecidos como forma importante de atenuar as desigualdades regionais e melhorar os indicadores referentes as MPMEs. Nota-se a importância dada à questão da inovação quando verificada a agenda política desses países que priorizam as inovações e as aglomerações de empresas.

Os principais objetivos desta política no âmbito internacional referem-se ao estímulo da capacidade inovativa das empresas através da difusão de informações e da oferta de serviços tecnológicos, estímulo às interações das empresas e centros tecnológicos e a cooperação entre as empresas e por último estímulo ao desenvolvimento tecnológico regional.

Estímulo à capacidade inovativa das empresas através da difusão de informações e da oferta de serviços tecnológicos

No âmbito internacional o estímulo à capacidade inovativa das empresas pode ocorrer através da difusão de informações e da oferta de serviços tecnológicos (Lastres et. al., 2002).

De acordo com Lastres et. al. (2002) o reconhecimento da difusão de informações como elemento importante para estimular a capacidade inovativa das empresas é enfatizada em diversos programas de apoio e incentivo às MPMEs internacionais com o desenvolvimento das seguintes ações: o desenvolvimento de uma

cultura de inovação através de centros públicos de pesquisa e informação e centros locais de serviços de suporte e consultoria de MPMEs.

As ofertas de serviços tecnológicas são proporcionadas às MPMEs através das instituições de pesquisa para desenvolvimento de processos inovativos, de projetos de demonstração e inovação, de incubadoras de empresas, da criação e desenvolvimento de empresas de alta tecnologia, da capacitação das MPMEs, dos centros de apoio e comercialização de tecnologias e da promoção de transferência de tecnologia (Lastres et. al., 2002).

No que tange o apoio coletivo enfatizando as relações entre as firmas o governo espanhol e o governo da Finlândia apresentam suas políticas centradas na inovação, no apoio coletivo das MPMEs e nas articulações entre as pequenas empresas. Seus programas e ações são voltados para a sensibilização, informação e capacitação das MPMEs.

Conforme destacado por Lastres et. al. (2002) as políticas internacionais têm dado grande destaque ao estímulo da capacidade inovativa através de programas como: o CRAFT (*Cooperative Research Action Technology*) e o RDT (*Research and Development Technology*) da União Européia, o Programa *Inovva* da Espanha, o *Sppin-off Programme* e o *Innosuomi Project* da Finlândia, o *Bussiness Link* da Inglaterra, o programa *Atout* da França e o programa KOSBIR (*Korea Small Bussiness Innovation Research*) da Coreia.

Estímulo às interações das empresas e centros tecnológicos e a cooperação entre as empresas

Diversos países enfatizam em suas políticas de inovação a interação entre as empresas e os centros tecnológicos e as formas de cooperação entre as empresas. Estas são estimuladas através de várias ações como: os centros regionais de desenvolvimento e de expertise, as agências nacionais de tecnologia, centros locais de serviços de suporte e consultoria a MPMEs, a incrementação da difusão de conhecimentos e aprendizado interativo por meio das aglomerações e cooperação, o aperfeiçoamento do intercâmbio entre as empresas e as universidades e a interação empresa-instituições de P&D (Lemos et.al.,2004).

Programas como o *Centre of Expertise Programme* da Finlândia, *Teaching Company Scheme* do Reino Unido, o *Proinno* e o *Exist* da Alemanha tem contribuído para

uma melhor interação entre as empresas e entre as empresas e as outras instituições. Enfatiza-se o Reino Unido e a Alemanha na promoção de setores específicos da economia.

Neste tipo de política encontra-se uma forte tendência aos incentivos a cooperação e a busca de soluções para as necessidades das empresas através das articulações entre as mesmas e com outras instituições.

Estímulo ao desenvolvimento tecnológico regional

Quanto ao estímulo ao desenvolvimento tecnológico regional este apresenta-se em ações de diversos programas internacionais como o desenvolvimento de aglomerações regionais e transnacionais, o desenvolvimento de tecidos empresariais em áreas menos desenvolvidas e os mecanismos de apoio de cunho regional.

De acordo com Lastres et. al. (2002) o sucesso dos distritos industriais italianos faz com que o governo italiano enfatize em suas políticas mecanismos de apoio de cunho regional tais como: o aperfeiçoamento do ambiente e as condições competitivas das pequenas empresas.

O estímulo ao desenvolvimento tecnológico regional é desenvolvido em vários programas em diversos países como o *Methodlogy for Regional and Transnational Technology Clusters* na União Européia, *Inovva* da Espanha e o governo italiano.

Instituições específicas para o apoio a Inovação

Para a implementação das políticas de inovação focada nas MPMEs foram criados em alguns países órgãos específicos para a implementação destas. Tratando-se de política para inovação a Espanha possui em seu aparato institucional sob o controle da Direção Geral da Política de Micro, Pequena e Média Empresa (DGPYME) que é responsável pela promoção de políticas horizontais de apoio a MPME, a Empresa Nacional de Inovação (ENISA), que tem como princípio a implantação e difusão de financiamentos que promovam projetos inovadores em pequenas empresas e a Sociedade Estatal para o Desenvolvimento de Design e Inovação (DDI), que apoia as MPMEs para o desenvolvimento de uma cultura de inovação (Lastres et. al., 2002).

Na Finlândia destaca-se dois órgãos que são responsáveis pelas políticas de inovação e das MPMEs. O primeiro é o Ministério do Comércio e da Indústria, responsável pela implementação da cooperação estreita com outros ministérios e organizações relevantes e o Conselho de Política de C&T que tem a coordenação da política de financiamento às atividades de pesquisa e desenvolvimento. O governo da Finlândia tem em suas políticas a tradição de promover a inovação e as articulações das MPMEs. E o governo da Alemanha apresenta em seu aparato uma forte coordenação, articulação e complementaridade das iniciativas federais e regionais (Lastres et. al., 2002).

Quadro 4: Principais elementos das políticas de inovação internacionais

Objetivos das Políticas	Características	Órgãos executores	Abrangência
Estímulos à capacidade inovativa das empresas através da difusão de informações e da oferta de serviços tecnológicos.	<ul style="list-style-type: none"> - desenvolvimento de uma cultura de inovação. - centros públicos de pesquisa e informação. - centros locais de serviços de suporte e consultoria de MPMEs. - sensibilização, informação e capacitação das MPMEs. - projetos de demonstração e inovação. - incubadoras de empresas - criação e desenvolvimento de empresas de alta tecnologia - capacitação das MPMEs, centros de apoio e comercialização de tecnologias - promoção de transferência de tecnologia 	<ul style="list-style-type: none"> - Comissão da Comunidade Européia. - ENISA e DDI (órgãos específicos do governo da Espanha). - Ministério do Comércio e da Indústria e o Conselho de C&T (Governo da Finlândia). - Governo federal e regional (Alemanha) - Governo (França, Holanda e Reino Unido) - governos locais e regionais (Itália) - TEKES (órgão específico do governo da Finlândia). - NUTEK (Suécia) 	<ul style="list-style-type: none"> - MPMEs de diversos setores. - Setores específicos (Reino Unido e Alemanha)
Estímulos às interações das empresas e centros tecnológicos e a cooperação entre as empresas.	<ul style="list-style-type: none"> - os centros regionais de desenvolvimento e de expertise - as agências nacionais de tecnologia - centros locais de serviços de suporte e consultoria a MPMEs - incrementação da difusão de conhecimentos e aprendizado interativo por meio das aglomerações e cooperação - o aperfeiçoamento do intercâmbio entre as empresas e as universidades - interação empresa-instituições de P&D 	<ul style="list-style-type: none"> -Ministério do Comércio e da Indústria e o Conselho de C&T (Finlândia). - governos locais e regionais (Itália) - governo (Reino Unido) 	<ul style="list-style-type: none"> - MPMEs de diversos setores

Objetivos das Políticas	Características	Órgãos executores	Abrangência
Estímulos ao Desenvolvimento Tecnológico Regional.	<ul style="list-style-type: none"> - desenvolvimento de aglomerações regionais e transnacionais. - desenvolver o tecido empresarial em áreas menos desenvolvidas - mecanismos de apoio de cunho regional. 	<ul style="list-style-type: none"> - Comissão da Comunidade Européia. - DGPYME (Espanha). - governos locais e regionais (Itália) 	- MPMEs de diversos setores

Fonte: Elaborada pela autora com base em Lastres et. al., (2002).

3.3 Políticas de internacionalização

A globalização da economia mundial tornou-se marcante no contexto econômico nas últimas duas décadas. A tecnologia da informação é o principal fator no acirramento da concorrência mundial. Este processo de globalização econômica fez com as empresas revissem suas estratégias competitivas dando uma ênfase maior aos processos de internacionalização.

As estratégias das empresas de internacionalização vêm substituindo gradativamente as exportações visto a quantidade de barreiras impostas a estas. Com a liberalização comercial as barreiras tarifárias tendem a sofrer cada vez mais reduções, mas os países desenvolvidos vêm dificultando a entrada de produtos estrangeiros através das barreiras não tarifárias. Reconhecendo então que a estratégia de internacionalização dos produtos de um determinado arranjo ou sistema torna-se a maneira mais fácil de atingir os mercados estrangeiros (Lastres et. al., 2002).

De acordo com Lastres et. al. (2002) a internacionalização apresenta uma série de vantagens para as MPMEs destacando: o maior dinamismo, a utilização da capacidade ociosa, o rendimento que os nichos estrangeiros podem proporcionar, a diversificação dos clientes, a diminuição de riscos referente ao mercado interno, economias de escala e escopo, e um maior aprendizado e conhecimento.

As MPMEs apresentam uma série de dificuldades no decorrer da sua trajetória de internacionalização que tende a ser supridas através da promoção de políticas que enfatizem os seguintes processos: as exportações diretas e indiretas, o investimento externo direto em filiais produtivas e comerciais no exterior, a concessão de licenças para a

exploração de ativos no exterior – patentes, marcas, franquias-, participação em projetos internacionais com outras empresas (Lastres et. al., 2002).

Em alguns países como a Itália, a Espanha e o México as políticas de promoção das MPMEs têm enfatizado a importância de uma política específica de internacionalização com o intuito de aumentar a competitividade das empresas de pequeno porte tanto a nível nacional, quanto internacional. Os principais objetivos relacionados a políticas de internacionalização referem-se aos consórcios de exportação, assistência na área de exportação e ao apoio financeiro as pequenas empresas exportadoras.

Consórcios de exportação

Com o intuito de promover a associação de pequenas empresas espanholas com objetivos em comum e de comercialização voltada para o exterior são apoiados a formação de consórcios de exportação. O apoio aos consórcios de exportação dá-se através da assistência de exportação e importação agilizando o intercâmbio comercial e a colaboração industrial com os outros países e orientando as empresas quanto aos mercados estrangeiros prestando informações sobre as normas alfandegárias, fiscais, aduaneiras, financeiras e técnicas e prestando serviços sobre os mercados a serem acessados (Lastres et. al., 2002).

Os consórcios de exportação são apoiados em vários países por instituições específicas como o ICE – Instituto Italiano para o Comércio Exterior na Itália e o ICEX – Instituto Espanhol de Comércio Exterior na Espanha.

Assistência na área de exportação

Referente a política de exportação uma área de extrema necessidade é a prestação de serviços, para isso os países internacionais oferecem em suas políticas o apoio necessário às pequenas empresas exportadoras. Apoio esse relacionado à simplificação das questões burocráticas abrangendo o assessoramento individual e especializado, a disposição de consultores especializados em comércio exterior, incentivo a participação de feiras e eventos internacionais.

Por exemplo, na Espanha foram criados uma rede de escritórios econômicos e comerciais com o objetivo de prestar informações sobre as oportunidades de negócios em

mercados selecionados, assessorar procedimentos jurídicos de cada país e disponibilizar a infra-estrutura de escritórios comerciais para as empresas espanholas (Lastres et. al., 2002).

De acordo com Lastres et. al. (2002) os serviços de informação, assessoria técnica e financeira e diagnósticos do comércio internacional são alvos das políticas do Centro de Serviços do Comércio Exterior coordenado pela SECOFI – *Secretaria do Comércio y Fomento Industrial*, no México.

Inúmeros programas e instituições prestam assistência na área de exportação como o SACE – *Sezione Autônoma per il Credito All'Exportazione* e o SIMEST – *Società Italiana per l'Imprese All' Estero*, instituições italianas, o PAPI- *Programa de Apoyo a Proyectos de Inversion* e o PIPE – *Plan de Iniciacion a la Promoción Exterior* programas espanhóis, o SIMPEX – *Sistema Mexicano de Promoción Externa* e COMPEX – *Comission Mixta para la Promoción de las Exportaciones* instituições mexicanas.

Apoio Financeiro as pequenas empresas exportadoras

Conforme Lastres et. al. (2002) o apoio financeiro as pequenas empresas exportadoras oferecido em diversos países no âmbito internacional referem-se a linhas de crédito para as pequenas empresas que exportam para países em desenvolvimento, ao financiamento das pequenas empresas com interesse em internacionalizar as suas atividades, a concessão de seguros e créditos a exportação englobando riscos cambiais, comerciais e políticos, a compra de participação acionária da empresa e as linhas de financiamento de longo prazo.

São várias as instituições e programas que prestam apoio financeiro as pequenas empresas exportadoras como: o Banco *Mediocredito Centrale* na Itália, o ICO – *Instituto de Crédito Oficial*, a *Compañia Española de Financiación al Desarrollo* – COFIDES, e a CESCE *Compañia Española de Seguros de Crédito a la Exportación S.A* na Espanha e o BANCOMEXT no México.

Instituições específicas no apoio à internacionalização/exportação.

De acordo com Lastres et. al. (2002) a Itália possui uma rede de instituições públicas e privadas que almejam a promoção das MPMEs nos planos de

internacionalização. O ICE – Instituto Italiano para o Comércio Exterior – é uma instituição pública que tem nos seus objetivos a promoção, o incentivo e o desenvolvimento de produtos e serviços, enfatizando as necessidades das MPMEs e os seus consórcios de exportação.

Para aumentar o número de pequenas empresas nos investimentos externos espanhóis, o governo espanhol lançou o *Plan de Internacionalización* (PI) documento este que contém as principais linhas de políticas e instrumentos voltados para a internacionalização das empresas espanholas. O PI ressalta a necessidade de impulsionar e consolidar a presença das empresas de pequeno porte em torno das grandes empresas presentes em outros países (Lastres et. al., 2002).

No México a necessidade de uma maior coordenação entre os agentes envolvidos nas políticas de apoio as MPMEs fez com que o governo cria-se em 1996 a Comissão Intersetorial de Política Industrial (CIPI), com a participação de várias instituições entre elas a Secretaria de Comércio y Fomento Industrial (SECOFI) e o Banco Nacional de Comercio Exterior (BANCOMEXT).

Quadro 5: Principais características das políticas de internacionalização internacionais

Políticas	Características	Órgão executor	Abrangência
Consórcios de Exportação	<ul style="list-style-type: none"> - criação de consórcios de exportação. - promoção de associações de pequenas empresas com objetivos em comum e comercialização voltada para o mercado exterior 	ICE – Instituição Pública – Itália ICEX – Instituição espanhola através do PI	- pequenas empresas de diversos setores que queiram internacionalizar as suas atividades.
Assistência na área de exportação	<ul style="list-style-type: none"> - simplificação de questões burocráticas, serviços de pesquisa - estabelecimento de escritórios econômicos e comerciais com objetivo de prestar informações sobre oportunidades de negócios. - captação e transmissão de informações relativas a demanda de bens e serviços do exterior. - serviços de assistência na área de exportação. 	<ul style="list-style-type: none"> - SACE – Governo (Itália) - SIMEST – Governo (Itália) - Ministério da Economia Espanha através do PI. - SIMPEX e COMPEX instituições mexicanas. 	- pequenas empresas de diversos setores que queiram internacionalizar as suas atividades

Políticas	Características	Órgão executor	Abrangência
Apoio Financeiro as pequenas empresas exportadoras.	<ul style="list-style-type: none"> - linhas de crédito e linhas de financiamento - concessão de seguros e créditos a exportação - compra de participações acionárias de pequenas empresas - cobertura de riscos comerciais e políticos a pequenas empresas. 	<ul style="list-style-type: none"> - Banco Mediocredito Centrale (Itália) - ICO – instituição italiana - COFIDES e CESCE – instituições espanholas - BANCOMEXT México 	<ul style="list-style-type: none"> - pequenas empresas de diversos setores que queiram internacionalizar as suas atividades

Fonte: Elaborada pela autora com base em Lastres et.al., (2002).

3.4 POLÍTICAS DE APOIO ÀS MPMEs BRASILEIRAS

Nota-se a partir da experiência internacional que frente a um quadro de acirramento da competição mundial devido a globalização da economia, todos os países foram obrigados a reformularem as suas políticas de desenvolvimento industrial e tecnológico. As políticas adotadas pelos países em desenvolvimento também foram sendo reformuladas na medida que a intensificação da concorrência e a perda de mercado acentuava-se.

As transformações econômicas e sociais ocorridas nas últimas duas décadas do século XX aumentaram a importância de uma inserção positiva de políticas públicas que visassem o conhecimento e a inovação. Sendo que as MPMEs passaram a ser reconhecidas como elemento essencial na economia diante deste quadro de mudanças e incertezas e da capacidade destas em gerar ou adaptar-se inovações. A flexibilidade e a capacidade de adaptação das pequenas empresas contribuíram para aumentar o seu peso e a importância de serem incluídas nas políticas industriais.

Verifica-se o aumento da competitividade das pequenas empresas quando estas apresentam-se organizadas em aglomerações produtivas. As interações e a cooperação entre as empresas têm marcado a atuação das empresas de pequeno porte como propulsora do desenvolvimento regional e da sua capacidade de gerar empregos.

As políticas que visavam a empresa individual e com foco meramente de isenções e incentivos fiscais tornaram-se obsoletas frente a este novo quadro. No Brasil

várias iniciativas federais estão sendo implementadas visando às aglomerações produtivas de MPMEs em todo país. Diversos programas de apoio e ações têm enfatizado a atuação conjunta de empresas como objeto de competitividade e desenvolvimento das empresas de pequeno porte.

Financiamento

As principais instituições bancárias brasileiras que apresentam atuação ou a intenção de atuar com foco nos arranjos produtivos locais são: o Banco da Amazônia - BASA, o Banco do Brasil – BB , o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES , o Banco do Nordeste - BN e a Caixa Econômica Federal - CEF.

Segundo Lemos et.al. (2004) a ênfase dada pelo BASA nos aglomerados da região tem sido em capacitação contribuindo deste modo para gerar sinergias entre os atores locais, maior nível de conscientização e entrosamento entre os empresários, especialmente a partir de formação de comitês gestores, que propiciam parcerias. Sendo que um dos problemas identificados pelo BASA para atuar nessas aglomerações é o baixo nível de cooperação entre os agentes.

O acesso ao crédito especialmente capital de giro para as empresas localizadas em arranjos produtivos locais apresenta-se como intenção do Banco do Brasil. A idéia é diferenciar os produtos e serviços bancários para as empresas integrantes de aglomerações produtivas, a partir da identificação de suas necessidades de crédito, dentro de determinadas condições e a partir de análises de risco trabalhar com taxas de juros mais atraentes (Lemos et. al., 2004).

A política de atuação do BNDES apresenta-se de duas formas: no direcionamento de recursos para que os agentes financeiros atuem como bancos de fomento voltados para o atendimento de MPMEs localizadas em aglomerações produtivas e através de estudos que identifiquem as reais necessidades e especificidades das empresas visando uma diferenciação nos instrumentos e linhas de crédito. Além disso a instituição está avaliando experiências para o financiamento a conjuntos de empresas. No entanto o BNDES conta com alguns instrumentos voltados para a atuação das micros, pequenas e médias empresas que podem ser utilizados no âmbito das aglomerações produtivas

referentes a uma linha de microcrédito e o Cartão BNDES que fornece para as pequenas empresas uma linha de financiamento pré aprovado (Lemos et. al., 2002).

Conforme Lemos et. al. (2002) o Banco do Nordeste apóia as aglomerações produtivas na região do nordeste através de vários programas como: o Programa de Pólos de Desenvolvimento Integrado e do Farol do Desenvolvimento.

A Caixa Econômica Federal oferece acesso crédito em condições diferenciadas as MPMEs através do Programa de Competitividade nos Setores Têxtil e Confecções, o crédito é voltado para as empresas individualmente. A CEF tem a pretensão de adequar seus instrumentos de crédito para arranjos produtivos locais, permitindo acesso ao crédito as MPMEs com condições diferenciadas (Lemos et. al., 2004).

Estímulo ao Desenvolvimento Tecnológico e a Inovação

De acordo com Lemos et. al.(2004) o desenvolvimento tecnológico no Brasil é estimulado através investimentos em P&D nas instituições de pesquisa, programas de pesquisa científica e tecnológica, estímulo à cooperação entre os agentes empresa e instituições de P&D, inovações em pequenas empresas, interação universidade empresa, incremento do contingente de recursos humanos para a inovação, apoio a projetos cooperativos, capacitação em propriedade intelectual, infraestrutura de serviços de informação tecnológica, infraestrutura de serviços tecnológicos e apoio ao surgimento e consolidação de incubadoras de empresas e parques tecnológicos.

Estes objetivos são enfatizados pelo Ministério da Ciência e Tecnologia através do Programa de Fundos Setoriais, pela Finep e CNPq através do programa de Apoio Direto a Inovação e pelo MDIC através do Programa de Arranjos Produtivos Locais.

Estímulo ao Desenvolvimento Local/Regional

De acordo com Lemos et. al. (2004) a promoção do desenvolvimento regional apresenta-se na forma de estímulos a cooperação entre as empresas, instituições de pesquisa e agentes de desenvolvimento, promoção da competitividade e a sustentabilidade das micros, pequenas e médias empresas, e o apoio a estruturação de comitês regionais.

A articulação em torno de cadeias produtivas é objetivo do programa oferecido pelo MDIC através dos Fóruns de Competitividade e os Pólos Produtivos. Contudo a abordagem adotada não privilegia uma abordagem local, e sim uma abordagem setorial local (Lemos et. al., 2004).

O desenvolvimento regional é enfatizado pelas instituições FINEP e CNPq através de uma unidade específica, a ADRE – Área de Inovação para o Desenvolvimento Regional, o Ministério do Desenvolvimento Agrário, o MDIC através do Programa de Arranjos Produtivos Locais, o Ministério da Integração através de vários programas como Conviver, Promover, Promeso, Faixa de Fronteira e Pronager, Ministério do Turismo através do Programa de Regionalização do Turismo e o SEBRAE através do Programa Promos e do Programa de Apoio a Arranjos Produtivos Locais (Lemos et. al., 2004).

Incentivos a Internacionalização ou Exportação

No que refere-se a políticas de internacionalização ou exportação as pequenas empresas brasileiras contam com a Agência de Promoção de Exportações do Brasil (Apex). Apesar desta agência não possuir políticas voltadas especificamente para arranjos produtivos locais, seu foco não é a empresa individual e sim o conjunto de empresas, seja em consórcio ou em associações. Um dos objetivos da Apex é estabelecer condições para o aumento da competitividade das empresas brasileiras, fazendo com que elas atinjam um padrão internacional, tanto no mercado internacional quanto no próprio mercado interno, em relação as concorrentes estrangeiras (Lemos et. al., 2004).

Quadro 6: Principais características das políticas brasileiras

Políticas	Características	Órgão executor	Abrangência
Financiamento	<ul style="list-style-type: none"> - capital de giro - linha de microcrédito - Cartão BNDES 	<ul style="list-style-type: none"> - BB - BNDES 	- MPMEs de diversos setores
Estímulo ao desenvolvimento tecnológico /inovação	<ul style="list-style-type: none"> - investimentos em P&D nas instituições de pesquisa. - programas de pesquisa científica e tecnológica - estímulo à cooperação entre os agentes empresa e instituições de P&D - inovações em pequenas empresas - interação universidade empresa. - incremento do contingente de recursos humanos para a inovação - apoio a projetos cooperativos. - capacitação em propriedade intelectual - infraestrutura de serviços de informação tecnológica - infraestrutura de serviços tecnológicos - apoio ao surgimento e consolidação de incubadoras de empresas - parques tecnológicos 	<ul style="list-style-type: none"> - MDIC - MCT - FINEP - CNPq 	- MPMEs de diversos setores
Estímulo ao Desenvolvimento Local/Regional	<ul style="list-style-type: none"> - estímulos a cooperação entre as empresas, instituições de pesquisa e agentes de desenvolvimento - promoção da competitividade e a sustentabilidade das micros, pequenas e médias empresas - o apoio a estruturação de comitês regionais 	<ul style="list-style-type: none"> - MDIC - MDA - FINEP - CNPq - MI - SEBRAE 	- MPMEs de diversos setores
Incentivos a Internacionalização ou Exportação	<ul style="list-style-type: none"> - Consórcios de empresas - Associações de empresas 	- APEX	- MPMEs de diversos setores

Fonte: Elaborada pela autora com base em Lemos et.al., 2004

Coordenação das Políticas

A coordenação das políticas voltadas para aglomerações produtivas no âmbito federal foi enfatizada no final de 2003 com a criação de um Grupo Interministerial de Arranjos Produtivos, mas a coordenação das políticas de apoio a micros, pequenas e médias empresas foi objetivo específico do Programa Brasil Empreendedor.

O Programa Brasil Empreendedor lançado em 1999 pelo governo federal teve como objetivo articular e coordenar as diversas ações em andamento e em desenvolvimento voltados para a promoção de pequenas empresas. O Programa adotou critérios para evitar a dispersão de esforços e iniciativas e para isso foi implementado um Plano de Ações Integradas do Governo Federal que tinha como principais eixos de apoio a capacitação, crédito e assessoria empresarial (Lemos et. al., 2004).

De acordo com Lemos et.al. (2004) foram observadas dificuldades de articulação das instituições envolvidas e suas ações. Uma das principais causas do abandono deste programa foram expressos na precaução de alguns agentes na participação efetiva no programa. Em meados de 2001 ocorreu o abandono gradual do programa. O foco de arranjos produtivos locais estava previsto para a terceira fase do programa.

Foi então criado a partir da experiência anterior o Grupo Interministerial de Arranjos Produtivos Locais (GI) que tem como objetivo a articulação e a integração de ações voltadas para a promoção dos arranjos, realizadas por organismos do governo e instituições não governamentais a nível federal cujos recursos são públicos (Lemos et. al., 2004).

A coordenação deste programa está sobre a responsabilidade do MDIC – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e têm em seu quadro as seguintes instituições: Agência de Promoção da Exportação, Banco da Amazônia, Banco do Brasil, Banco do Desenvolvimento Econômico Social, Banco do Nordeste, Caixa Econômica Federal, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, Financiadora de Estudos e Projetos, Ministério da Agricultura, Ministério da Ciência e Tecnologia, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério do Desenvolvimento da Indústria e Comércio, Ministério da Educação, Ministério da Fazenda, Ministério da Integração Nacional, Ministério das Minas e Energia, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério do Turismo, Serviço

de Apoio às Micro e Pequenas Empresas e o Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Lemos et. al., 2004).

Foi atribuído ao MDIC o papel de articular as iniciativas em APLs desenvolvidas pelos vários ministérios. Ao MDIC cabe ainda a coordenação do Programa de Arranjos Produtivos Locais que tem o objetivo de promover o desenvolvimento integrado de APLs para aumento da competitividade local. As principais ações deste programa resumem-se: ao apoio à instalação de incubadoras de empresas nos APLs, a capacitação de multiplicadores da metodologia de APLs, a gestão e administração do programa e ao apoio a estruturação de comitês regionais para arranjos produtivos locais (Lemos et. al., 2004).

Conforme Lemos et. al. (2004) o foco das ações deste Grupo Interministerial está voltado para o crédito e financiamento, o desenvolvimento tecnológico, a capacitação empresarial e dos trabalhadores e a promoção de exportações. Para o sucesso das políticas voltadas para os arranjos produtivos locais é necessária uma articulação dos agentes envolvidos neste processo de modo a evitar esforços desnecessários e a duplicação das ações e instrumentos. Conforme destacado por Lemos et. al. (2004 p.06):

“O objetivo de sua criação é propiciar o estabelecimento de interação e comunicação entre as instituições atuantes em APLs e, assim, otimizar recursos, evitando a fragmentação de ações, além de superar eventuais contradições ou conflitos entre as várias ações e instrumentos de políticas”.

Conforme Lemos et. al. (2004) o ministério do planejamento ficou responsável por organizar um banco de dados sobre as iniciativas em cursos e já implementadas de promoção a arranjos produtivos locais, a partir de informações dos órgãos e instituições que compõem o Grupo Interministerial.

Conforme analisado as políticas dos países, principalmente dos mais avançados vêm cada vez mais focalizando o conjunto de empresas. Os instrumentos e formas de apoio estão sendo moldados de forma a construir um aparato que preste suporte as aglomerações produtivas e ao aumento da sua competitividade. As novas políticas de desenvolvimento industrial e inovativo cada vez mais adotam em seus critérios formas de promover a sustentabilidade das pequenas empresas na economia, mas agora de forma conjunta.

A agenda industrial brasileira também vem sofrendo reformulações. Apesar da noção de aglomerações de empresas apresentar-se como um tema novo às instituições vem apresentando formas de políticas voltadas as pequenas empresas inseridas em aglomerações produtivas. No entanto divergências sobre o conceito de aglomerações e uma falta de articulação das instituições vêm sendo apontadas como causa da falta de sucesso nestas políticas. A partir de 2003 foi criado um Grupo Interministerial que tem como função a articulação e integração entre as diversas ações das instituições atuantes em arranjos produtivos locais, mas por tratar-se de uma iniciativa recente não existe dados para avaliação.

CAPÍTULO IV

AS AGLOMERAÇÕES PRODUTIVAS E AS POLÍTICAS PARA MPMEs NO ESTADO SANTA CATARINA

Conforme constatado as MPMEs tornam-se menos vulnerável e mais competitivas quando encontram-se em aglomerações produtivas. Este tipo de interação acrescenta as empresas de pequeno porte uma série de vantagens que não seria possível obter pela pequena empresa isolada. Os países em desenvolvimento percebendo que as vantagens relacionadas às aglomerações produtivas de empresas elevam os seus índices de desenvolvimento e crescimento e contribuem para diminuir as desigualdades regionais trataram de reformular as suas políticas enfatizando a atuação das pequenas empresas de forma conjunta.

De acordo com a tendência internacional, o governo brasileiro vem procurando formas de incluir em sua agenda industrial as aglomerações de empresas. Algumas iniciativas estão sendo implementadas, mas por tratarem-se de políticas recentes ainda não são passíveis de avaliação.

No estado de Santa Catarina as aglomerações produtivas de empresas vêm sendo ressaltadas em vários estudos devido a contribuição nos índices de crescimento industrial catarinense. Este capítulo tem como objetivo caracterizar as principais aglomerações produtivas no estado de Santa Catarina, descrever e analisar as principais políticas de apoio a pequenas empresas para então constatar se o aparato institucional de políticas vigentes tem objetivado às aglomerações produtivas.

4.1 Caracterização dos principais aglomerados catarinenses

A estrutura industrial catarinense caracteriza-se pela diversidade setorial. Essa diversidade setorial combina-se com a concentração regional de determinados setores industriais. As regiões especializadas caracterizam-se pela existência de uma relativa homogeneização das atividades econômicas em áreas mais amplas. Em Santa Catarina a literatura destaca as seguintes regiões especializadas: o complexo agroindustrial na região oeste, o complexo eletro-metal-mecânico na região nordeste, o complexo têxtil no Vale do

Itajaí, o complexo madeireiro nas regiões norte e planalto, o complexo mineral no sul do estado e o complexo tecnológico na região litoral da Grande Florianópolis (Campos, et. al., 2002).

Conforme Campos et. al.(2002), as aglomerações produtivas de empresas ganham destaque em relação aos setores especializados devido à existência de instituições que exercem funções de apoio e coordenação no aglomerado e outras voltadas para a prestação de serviços educacionais e tecnológicos. Essas características inerentes às aglomerações produtivas contribuem para o desenvolvimento das empresas que se encontram inseridas nestas. Em Santa Catarina podemos destacar a importância das aglomerações produtivas nas indústrias de Têxtil-Vestuário, Cerâmica, Móveis, Eletro-Metal-Mecânico, Plásticos e Software.

Aglomeração de empresas na indústria têxtil-vestuário

A principal aglomeração da indústria têxtil-vestuário no estado catarinense localiza-se no Vale do Itajaí e é considerado o maior aglomerado têxtil brasileiro. Caracterizada por um grande número de pequenas empresas e por médias e grandes empresas importantes para o cenário nacional tais como: Hering, Malwee, Renaux entre outras (Campos et. al., 2002).

“É um complexo de empresas dos mais variados tamanhos, pois compreende firmas desde o estágio de micro-unidades, até o de empresas líderes em âmbito nacional. E que operam em várias etapas da cadeia produtiva”. (Cunha, 2002 p.80).

Esta aglomeração é responsável pelo emprego de cerca de 40 mil pessoas diretamente nos municípios de Blumenau, Gaspar e Indaial e por 80% do faturamento do Estado no setor representando 7,4% do total nacional (Cunha, 2002).

As empresas produtivas que compõem o aglomerado atuam de forma quase que exclusiva nos setores têxtil e vestuário, apresentam divisibilidade dos processos produtivos e diferentes graus de integração vertical. Não existe neste aglomerado a presença de importantes produtores de máquinas e equipamentos especializados na produção de artigos do ramo têxtil e vestuário, sendo que a maioria dos equipamentos são comprados fora do aglomerado e principalmente fora do país. A Associação Comercial e

Industrial de Blumenau (ACIB), o Sindicato das Indústrias de Vestuário, Fiação e Tecelagem (SINTEX) e a Prefeitura Municipal de Blumenau apresentam-se como as principais instituições coordenadoras (Campos et.al., 2002).

Quanto a assessoria tecnológica e assistência educacional as empresas do aglomerado contam com a presença das seguintes instituições: FURB – Fundação Universidade de Blumenau, CEPETEX – Centro de Pesquisa Têxtil e SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Campos et. al., 2002).

Conforme Campos et. al. (2002) devido a concorrência baseada no preço e na diferenciação dos produtos as interações existentes neste aglomerado são principalmente relações comerciais dificultando assim as relações de cooperação entre os agentes.

Além da aglomeração têxtil-vestuário no Vale do Itajaí destaca-se também a atuação da aglomeração de vestuário localizada no sul do Estado principalmente no município de Criciúma. As micros e pequenas empresas prevalecem e a produção é voltada para o mercado interno. É caracterizada como uma região prestadora de serviços devido a pequena presença de produtos com marcas próprias (Cunha, 2002).

Segundo Cunha (2002, p. 92) o aglomerado de vestuário do sul catarinense “*é uma indústria recente, baseada na abundante disponibilidade de mão-de-obra, com baixa qualificação e pouca exigência salarial*”.

Aglomeração de empresas na indústria de cerâmica

A aglomeração de empresas da indústria de cerâmica localiza-se no sul do Estado, principalmente nos municípios de Criciúma, Tubarão e Araranguá. Nota-se na região a instalação de indústrias com atividades correlatas, incluindo a indústria metal-mecânica, a extração de matérias primas naturais, a indústria química, os serviços de transportes, a assistência técnica, entre outros. A produção é voltada para pisos e azulejos de média e elevada qualidade. Predominam nesta aglomeração as empresas de médio porte e as grandes voltadas aos mercados nacional e externo (Cunha, 2002).

O Brasil é um dos principais produtores de cerâmica de revestimento sendo destaque o estado de Santa Catarina, principalmente a região sul que é responsável, em média, por 73% da receita bruta gerada pela indústria de cerâmica de revestimento estadual, no período de 1994-1998. A forte concentração produtiva regional processa-se

em números: nesta aglomeração estão localizadas 90% das empresas produtoras de cerâmica do estado e 73% do total de empregados (Campos et. al., 2002).

De acordo com Campos et. al. (2002) as instituições locais proporcionam infra-estrutura tecnológica, educacional e de apoio. Entre elas está: o CTC – Centro Tecnológico de Cerâmica, a UNESC – Universidade do Extremo Sul Catarinense, o Colégio Maximiliano Gaidzinski e o SINDISCERAM - Sindicato da Indústria de Cerâmica. Dentre as instituições de apoio destaca-se o Centro Tecnológico de Cerâmica que além de fornecer informações tecnológicas constitui-se em importante fonte de estímulo ao desenvolvimento tecnológico. As principais atividades oferecidas pelo CTC como unidade de desenvolvimento tecnológico são: análise física, química e mineralógica de matérias primas e produtos, certificação de qualidade de produtos acabados, melhoria e otimização de processos de fabricação, formulação de composições cerâmicas, massas, esmaltes e análise de defeitos de fabricação para as empresas e fornecedores cerâmicos.

Referente a fornecedores especializados nota-se principalmente filiais de empresas estrangeiras instaladas no interior das aglomerações que oferecem além de insumos, serviços de design, testes e assistência técnica. Esta interação produtor-fornecedor tem refletido em vantagens como serviços mais ágeis, acompanhamento de mudanças tecnológicas e o conhecimento de *designs* internacionais (Campos et. al., 2002).

A relação de cooperação entre os agentes integrantes desta aglomeração tem evoluído ressaltando algumas ações coletivas promissoras. A divisão do trabalho no interior dos aglomerados e a troca de informações têm gerado resultados positivos na competitividade da indústria de cerâmica (Cunha, 2002).

Aglomeração de empresas na indústria de móveis

A aglomeração de empresas relacionada a indústria de móveis localiza-se nos municípios de São Bento do Sul, Rio Negrinho e Campo Alegre. O surgimento das indústrias de móveis no século XX nesta região contou com o apoio da abundância de matéria prima na região, ou seja insumos e pela presença de imigrantes alemães e poloneses que dominavam as técnicas para o beneficiamento da madeira (Campos et. al., 2002).

Esta região é responsável pelo emprego de aproximadamente 12.000 trabalhadores, por cerca de 80% das exportações catarinenses e 40% das exportações brasileiras. Sua estrutura conta com pequenas e médias empresas, sendo 84,3% de micro-empresas, 11,6% em pequenas empresas e 4,1% em médias e grandes empresas. E a fabricação de móveis é voltada principalmente para a fabricação de móveis residenciais, ou seja dormitórios, salas, camas, cômodas, estofados e cozinhas (Campos et. al., 2002).

Conforme Campos et.al. (2002) o elevado grau de verticalização das empresas representa um baixo nível divisão de trabalho no interior do aglomerado. No entanto existe em média 500 empresas de apoio prestando serviços diversos relacionados a atividade principal. As máquinas e equipamentos relacionados ao processo produtivo provêm de fornecedores estrangeiros e o principal insumo da produção, o *pinus*, vem em sua maior parte de regiões vizinhas.

Segundo Campos et. al. (2002) a principal instituição de tecnologia é o Centro Tecnológico do Mobiliário – CTM que presta serviços laboratoriais, assistência técnica e tecnológica, qualificação de recursos humanos e ainda participa ativamente no planejamento do desenvolvimento local. Além do CTM, a Escola Técnica Tupy, a UDESC e a UNIVILLE contribuem para o ensino de formação e qualificação dos trabalhadores.

Dentre as instituições de apoio destaca-se a Associação Comercial e Industrial de São Bento do Sul – ACISBS, a Associação Regional de Pequenas Empresas de Móveis – ARPEM, a Associação de Exportadores de Móveis – AEM, o Sindicato das Indústrias de Móveis – SINDUSMOBIL, Escritório Nacional do Programa Nacional para Incremento das Exportações – PROMOVEL, Vice Presidência do Setor de Móveis da FIESC, e a Subseção do SEBRAE (Campos et. al., 2002).

Cunha (2002) destaca que este aglomerado é o que mais se aproxima do modelo italiano, pois existe um grande número de pequenas e médias empresas, um clima industrial local, a orientação para o mercado externo e a existência de um aparato institucional de apoio. Em relação às práticas cooperativas no interior deste aglomerado os avanços apresentam-se de forma lenta.

Aglomeração de empresas na indústria eletro-metal-mecânico

Esta aglomeração de empresas localiza-se nos municípios de Joinville e Jaraguá do Sul no norte catarinense. Sendo que existe uma grande dispersão do complexo por todo o estado de Santa Catarina. Existe uma diversidade de atividades produtivas ligadas a esta aglomeração relacionadas aos setores de metalurgia, mecânica, materiais de transporte e produtos elétricos. Por sua diversidade de linhas de produtos e multiplicidade de redes de empresas torna-se complexo o estudo deste aglomerado (Cunha, 2002).

“Nesta cadeia produtiva, a grande diversidade de segmentos com produtos e processos produtivos particulares impõe dinâmica de funcionamento bastante diferenciadas e tem dificultado análises mais específicas” (Campos et. al., 2002 p. 163).

Os setores metalúrgico e mecânico são a base do complexo apresentando uma distribuição de empresas por tamanho e por quantidade de trabalhadores semelhantes e bem maiores que os demais setores do complexo. O setor metalúrgico apresenta-se como o menos concentrado e mais disperso no território do complexo dado a distribuição homogênea do número de trabalhadores entre as pequenas, médias e grandes empresas (Campos et. al., 2002).

O setor mais dinâmico do complexo é o mecânico sendo o que mais emprega. Uma das principais empresas exportadoras do estado pertence ao setor mecânico (Campos et. al., 2002).

Cunha (2002) salienta que este aglomerado constitui um dos principais motores do desenvolvimento industrial catarinense. Este aglomerado tem atraído as filiais de multinacionais, tem realizado investimentos equivalentes a 30% dos investimentos destinados a indústria catarinense e possui um elevado índice de exportação sendo a sua média superior a média estadual. É considerado o aglomerado mais internacionalizado da estrutura industrial catarinense, marcado pela presença de multinacionais, pelas exportações e pelas unidades produtivas do complexo localizadas no exterior.

Segundo Campos et. al. (2004) o arranjo eletro metal mecânico apresenta uma densa divisão do trabalho entre as empresas resultado das externalidades que das desenvolvem-se há mais de um século no arranjo. As principais organizações que prestam apoio a este aglomerado são: a Associação Comercial e Industrial de Joinville (ACIJ), a

Associação de Joinville e Região da Pequena e Média Empresa (AJORPEME), a Midville entre outras.

Neste aglomerado destacam-se as empresas que possuem centros tecnológicos próprios, que podem interagir com os de outras empresas e prestar serviços a terceiros. Contam com uma ampla rede de serviços referente a suporte técnico, de apoio tecnológico e de formação de treinamento de pessoal. Destaca-se a atuação da UDESC – Universidade do Estado de Santa Catarina e do CTEMM – Centro de Tecnologia Eletro Metal Mecânico (Cunha, 2002).

Outras aglomerações industriais

Verifica-se ainda no estado de Santa Catarina outras aglomerações importantes para o desenvolvimento industrial catarinense. No entanto algumas encontram-se em estágio de consolidação como é o caso da indústria de plásticos no sul e da indústria de software nas cidades de Joinville, Blumenau e Florianópolis.

A aglomeração de empresas referentes a fabricação de plásticos fica localizada no sul do Estado, nos municípios de Orleans, Criciúma, São Ludgero, Urussanga, Siderópolis e Içara. A maior concentração de empresas localiza-se em Criciúma e Orleans. A aglomeração é constituída por um número expressivo de pequenas empresas e considerada uma fonte geradora de empregos, em Criciúma ela é a terceira atividade industrial que mais emprega. Nos municípios de Içara, Orleans, São Ludgero e Siderópolis essa é a principal atividade industrial em relação aos índices de emprego, ou seja é a atividade industrial que mais emprega. A produção é destinada basicamente para o mercado interno (99%) e o restante para os países que compõem o MERCOSUL (Campos et. al., 2002).

A região sul é especializada na produção de materiais plásticos descartáveis sendo responsável pela produção de 85% da produção nacional como copos, pratos e bandejas plásticas correspondendo, em volume, a 60 mil toneladas/ano (Cunha 2002).

Conforme Cunha (2002) a falta de cooperação no interior dos aglomerados de plásticos relaciona-se com a cultura predominante em relação a forte identidade cultural alicerçada em raízes alemã e italiana. Predomina nesta aglomeração a individualidade, a desconfiança, a resistência à cooperação e a ausência de redes.

A ACIC – Associação Comercial e Industrial de Criciúma e a FITIESC- Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Plásticas, Químicas e Farmacêuticas de Criciúma e Região são as principais instituições locais de apoio ao aglomerado de plástico e as instituições tecnológicas são representadas pelo SENAI e a UNESC – Universidade do Extremo Sul de Santa Catarina (Scheffer, 2004).

Conforme Gastaldon *apud* Campos et. al. (2002), considera-se que a aglomeração de plásticos no sul do estado está ainda em fase de consolidação. Existe externalidades positivas em relação a proximidade de empresas, a mão de obra qualificada, as relações com os fornecedores, a presença de prestadores de serviços e de apoio de instituições locais porém observa-se que as relações de cooperação entre as firmas e a atmosfera industrial são muito fracas, a inexistência de coordenação de recursos e a capacidade de diversificar ou diferenciar apresenta-se em estágio de consolidação.

A principal aglomeração de empresas da indústria de *software* localiza-se na cidade da Joinville especializadas no segmento de *software* de gestão empresarial. A criação dessas empresas foi originada a partir de dois contextos: primeiro a partir da década de 70 e 80 pela terceirização das atividades de software fundadas por ex-funcionários das grandes empresas industriais e nos anos 90 a criação dessas empresas por iniciativa dos ex-funcionários da própria indústria de software e pelos diversos profissionais na área de informática (Campos et. al., 2002).

Observou-se nos anos 90 em Joinville a criação de uma unidade de coordenação a Fundação *Softville*, a criação de diversos cursos superiores e o crescimento de diversas empresas. A criação de cursos superiores nesta região cresceu na medida que aumentou a demanda por novos profissionais qualificados. Joinville apesar de apresentar um número elevado de pequenas empresas a concentração de atividades, faturamento e pessoal ocupado acontece nas duas empresas de médio porte A divisão de trabalho no interior desse aglomerado apresenta-se de forma fraca e o nível de cooperação entre as empresas e entre estas e as instituições apresenta sinais de evolução (Campos et. al, 2002).

Os principais atores deste aglomerado são as empresas que desenvolvem os *software*, as instituições de ensino de informática, a Fundação *Softville*, a indústria eletro-metal-mecânica e a nascente incubadora *Midville*. As principais instituições de coordenação: a Prefeitura Municipal, a Associação Comercial e Industrial e a Associação de PMEs e o SENAI através da *Midville* (Nicolau, 2002).

A criação do aglomerado de *software* localizado na cidade de Blumenau originou-se devido às necessidades específicas das empresas locais. Sua estrutura é composta principalmente por um grande número de micro e pequenas empresas e a produção voltada para o desenvolvimento de programas de gestão empresarial (Nicolau et. al., 2002).

Conforme Nicolau et. al. (2002) este aglomerado de *software* possui em sua estrutura instituições de ensino, instituições de apoio e incubadoras de empresas. A principal instituição de ensino da região é a FURB com aproximadamente 100 vagas/ano para os cursos superiores. No entanto outros cursos superiores vêm sendo oferecidos pelo Centro Educacional de Blumenau e pelas cidades vizinhas (Itajaí e Indaial).

A função de apoio e coordenação do aglomerado é oferecida pela Blusoft. Sendo a sua linha de atuação a organização de cursos, a coordenação de interações entre os agentes financeiros e a participação em feiras, além de possuir também uma incubadora de empresas (Nicolau et. al., 2002).

O aglomerado *software* da cidade de Florianópolis desenvolveu-se devido a proximidade das empresas com a Universidade Federal de Santa Catarina e é caracterizado pela diversidade de produtos, incluindo além de *software*, *hardware*, áreas de telecomunicações, laboratórios e área de gestão. No que refere-se ao tamanho das empresas não existem dados confiáveis, mas nota-se a presença de grandes, médias e pequenas empresas (Nicolau et. al., 2002).

De acordo com Nicolau et. al. (2002) as principais instituições de ensino e tecnologia são: a UFSC, e Fundação CERTI e o CTAI – Centro de Tecnologia e Automação Industrial. E entre as instituições de apoio destacam-se: a incubadora CELTA, o Midi-Distrito Industrial do SEBRAE/ACATE e o SOFTPOLIS.

Além dessas aglomerações citadas o Estado de Santa Catarina apresenta em sua estrutura outras duas com alta representatividade: a aglomeração de produção de móveis em Chapecó e em São João Batista a aglomeração de empresas voltada para a produção de calçados.

Quadro 7: Principais características dos aglomerados catarinenses.

Aglomerações de empresas	Tamanho das Empresas	Divisão de Trabalho	Instituições de Tecnologias	Instituições de Apoio	Nível de Cooperação
Têxtil-Vestuário	grande número de pequenas empresas. existência de médias e grandes importantes	Forte	FURB CEPETEX SENAI	ACIB SINTEX Prefeitura	Baixo
Cerâmica	médias e grandes empresas	Forte	CTC UNESC Colégio Maximiliano Gaidzinski	SINDISCERAM	Alto
Móveis	micro, pequenas e médias	Fraca	CTM	ACISBS AEM SINDUSMOBIL PROMOVEL FIESC SEBRAE	Médio
Eleto Metal Mecânico	pequenas, médias e grandes	Forte	UDESC CTEMM	ACIJ AJORPEME Midville	Baixo
Plásticos	pequenas empresas	Fraca	SENAI UNESC	ACIC FITIESC	Fraca
Software (Joinville)	pequenas, médias e uma grande	Fraca	Midville (SENAI) Softville	Prefeitura Municipal ACI Associação de PMEs	Média

Fonte: Elaborada pela autora com base em Campos et. al., (2002), Nicolau et.al., (2002) e Cunha, (2002).

Diante desse quadro de aglomerações de empresas no estado de Santa Catarina percebe-se a importância destas na estrutura industrial elevando o número de empregos, os valores exportados, proporcionando o desenvolvimento regional e elevando a representatividade do estado perante os índices nacionais. Nota-se também o espaço dado à inserção das pequenas empresas nestas aglomerações devido a sua flexibilidade e adaptação a novos contextos.

4.2 Principais políticas para MPMEs no Estado de Santa Catarina

O objetivo central deste trabalho é descrever as principais políticas industriais catarinenses e verificar a contribuição destas para um melhor posicionamento das aglomerações produtivas. Para isso foram selecionadas algumas instituições importantes

no aparato institucional catarinense e suas principais políticas no apoio e incentivo as micro, pequenas e médias empresas.

Devido à falta de instrumentos para apoio e incentivo a aglomerações de empresas torna-se necessário verificar as principais políticas oferecidas pelas principais instituições catarinenses para apoiar as micro, pequenas e médias empresas e analisar a contribuição destas para a formação e atuação conjunta das empresas.

Federação da Indústria do Estado de Santa Catarina - FIESC

A FIESC através do IEL oferece programas de apoio a indústria catarinense. Sendo alguns programas voltados para a atuação das indústrias em arranjos produtivos destacam-se: O arranjo produtivo da cerâmica vermelha em Santa Catarina com vista ao aumento de sua competitividade, plataforma de tecnologia da informação e comunicação de Santa Catarina e a implementação do observatório de competitividade do arranjo produtivo têxtil-vestuário.

Arranjo produtivo da cerâmica vermelha em Santa Catarina com vista ao aumento da sua competitividade

Este projeto tem como área de atuação os municípios do Alto Vale do Itajaí, Vale de Tijucas e Morro da Fumaça. Seu principal objetivo como o próprio nome descreve é elevar o patamar competitivo das empresas fabricantes de cerâmica vermelha no estado. Para isso busca através deste projeto elevar o conhecimento dos agentes e a infra-estrutura para aumentar a capacitação tecnológica do setor. Contará também com a realização de pesquisa, desenvolvimento e transferência de tecnologia de processos e produtos, visando aumentar a produtividade e o valor agregado dos produtos.

A metodologia do projeto baseia-se nos seguintes itens:

- Pesquisa para avaliar tendências e potencial de mercado para novos produtos arquitetônicos e cerâmica estrutural;
- Pesquisa bibliográfica para levantamento de estado-da-arte internacional e nacional dos diferentes temas em estudo;
- Projeto e desenvolvimento tecnológico em escala laboratorial;

- Desenvolvimento de processos construtivos a partir de blocos, elementos e argamassas desenvolvidos;
- Desenvolvimento de extensivo programa experimental com realização de vários ensaios;
- Análise teórica dos resultados do ensaio;
- Transferência de tecnologia;
- Elaboração de normas técnicas;
- Formação de recursos humanos.

Este projeto tem previsão de ser implementado a partir de agosto de 2004 e os financiadores deste projeto são a FUNCITEC – Fundação de Ciência e Tecnologia e a FINEP – Financiadora de Estudos e Pesquisas. A coordenação ficará por conta do IEL/SC. A equipe coordenadora se reunirá a cada dois meses para avaliar o desempenho do projeto nas regiões envolvidas (Arranjo..., 2004).

Plataforma de tecnologia da informação e comunicação de Santa Catarina

Refere-se a um projeto do IEL/SC que visa através do aperfeiçoamento do processo melhorar a competitividade das empresas de tecnologia da informação e comunicação. O principal objetivo baseia-se na disponibilização de um conjunto de ferramentas que permitam a melhoria da competitividade das empresas envolvidas. Com o intuito de desenvolver, padronizar processos e produtos de *software*, de gestão de negócio e do conhecimento além da capacitação de pessoas.

Tem como objetivo a articulação de iniciativas para as empresas de tecnologia da informação e comunicação em um único projeto. O IEL/SC fará uma ponte entre as universidades e as empresas e contará com a representatividade dos pólos tecnológicos BLUSOFT, SOFTPOLIS e SOFTVILLE.

A metodologia adotada consiste na organização de 8 núcleos que farão a ligação entre as universidades e as empresas com o objetivo de solucionar dificuldades levantadas pelas empresas. São esses os oito núcleos: Qualidade do Produto, Qualidade do Processo de Desenvolvimento, Observatório Tecnológico, Núcleo de Capacitação, Custo do *Software*, Laboratório de Interferência e Compatibilidade Eletro-magnética, Gestão Financeira e Usabilidade.

Este projeto conta com o apoio de empresas importantes no segmento de tecnologia da informação e comunicação como: Benner (Blumenau), Datasul e Logocenter (Joinville) e COM, Dígitro e Intelbrás (Florianópolis) representando os três pólos tecnológicos do Estado e tem previsão de ser implantado a partir de agosto/2004 (Plataforma...,2004).

Implementação do observatório de competitividade do arranjo produtivo têxtil/vestuário

Tem com objetivo geral a implementação de um sistema de inteligência competitiva no arranjo produtivo localizado no Vale do Itajaí. Para isso conta com uma série de metas como: a disponibilização de infra-estrutura e equipamentos, a capacitação de recursos humanos, a modelação de fatores de inteligência competitiva do arranjo produtivo, o desenvolvimento de um sistema de monitoramento competitivo e a disponibilização de conhecimentos sistematizados para o arranjo produtivo.

Para o mapeamento dos fatores de inteligência competitiva são utilizadas três fontes de informações: informações internas das empresas, informação do arranjo e informações externas ao arranjo.

O projeto conta na implementação com 5 fases:

- Definição dos objetivos da inteligência competitiva;
- Mapeamento das informações e as tecnologias correlatas;
- Armazenamento das informações e as tecnologias correlatas;
- Análise das informações e as tecnologias correlatas;
- Distribuição das informações e as tecnologias correlatas.

E com as seguintes etapas:

- Disponibilizar infra-estrutura e equipamentos;
- Capacitar recursos humanos;
- Modelar fatores de inteligência competitiva do arranjo produtivo;
- Desenvolver sistema de monitoramento competitivo;
- Disponibilizar conhecimento sistematizado para o arranjo produtivo.

Os resultados esperados com a implantação do projeto são: canal de comunicação ampliado entre os atores do arranjo, acesso as mais recentes pesquisas e

tecnologias desenvolvidas para o setor (nacional e internacional), biblioteca virtual, sistema de informações estratégicas para o setor, base de dados cadastrais com especialistas no setor, banco de competências, banco de fornecedores, pesquisas de mercado, integração de profissionais, relatórios de competitividade, cadeia de fornecimento mapeada e indicadores de desempenho.

A execução do projeto ficará sob a responsabilidade do SENAI/Blumenau, com o apoio da UFSC e da Fundação Fritz Muller. E o SENAI/SC será o responsável pela coordenação geral do projeto (Implementação..., 2004).

Outros projetos e programas

Além desses projetos que serão implementados a partir de agosto de 2004 encontra-se em execução o projeto de plataforma de móveis e madeiras. Sendo o principal objetivo a implementação de pesquisas que visam atender as demandas do setor de móveis e madeiras de Santa Catarina. Este projeto é financiado pela FUNCITEC/FINEP (Plataforma..., 2004).

No tocante ao empreendedorismo o IEL oferece o projeto Pégaso que tem como objetivo a geração de novos empregos e a modernização das micros, pequenas e médias empresas mediante a implementação de três incubadoras de base tecnológica. Sendo estas: a incubadora de base tecnológica de Joinville, a MIDISUL de Criciúma e a MIDIOESTE de Chapecó (Projeto Pégaso, 2004).

Análise das políticas propostas pela FIESC/IEL

As políticas do IEL/SC tendem a focar o setor visando elevar o patamar competitivo das principais empresas do setor. Suas políticas têm como objetivo principal aumentar a competitividade do setor.

Busca-se através do projeto voltado para o arranjo de cerâmica vermelha elevar o conhecimento dos agentes com o objetivo de aumentar a capacitação tecnológica do setor. No entanto nota-se ausência de estímulos à cooperação entre os agentes e de relações com as firmas locais. A realização de pesquisas, o desenvolvimento e transferência de

tecnologias acontecerão no âmbito das empresas fabricantes da cerâmica vermelha e para o aumento do valor agregado dos produtos.

A política voltada para a tecnologia da informação e comunicação apresenta-se como uma alternativa para articulação de iniciativas voltadas para as empresas de tecnologia e informação. Preocupa-se principalmente em solucionar problemas levantados pela empresa. Nota-se a ausência de preocupação com a articulação entre os agentes, como as formas de cooperação e os processos de aprendizagem, mas apresenta importante estímulo ao fluxo de informações no âmbito do setor.

O projeto de implementação do observatório de competitividade do arranjo têxtil vestuário tem como intuito a difusão de informações e conhecimentos entre os agentes do arranjo. Através desse observatório será incentivado o processo de aprendizagem, os fluxos de informação local e as relações com a coordenação local. Se por um lado constata-se falta de estímulos à cooperação entre os agentes. Por outro lado é o projeto que mais especificamente volta a sua ação para um arranjo produtivo constante em Santa Catarina.

Ressalta-se a importância das políticas propostas pelo IEL/SC no aumento da competitividade da indústria catarinense através do desenvolvimento de tecnologias referente ao processo produtivo. Destaca-se a atuação das incubadoras que agem através da incorporação de tecnologias com o objetivo de aumentar a geração de empregos e a modernização das pequenas empresas.

Quanto às políticas executadas pelo IEL/SC pode-se concluir que:

- o projeto voltado para o arranjo da cerâmica vermelha é dirigido para o setor, mas poderá indiretamente afetar os arranjos deste setor.
- o projeto da plataforma de tecnologia e comunicação estimula as interações entre as firmas e as universidades.
- a implementação do observatório de competitividade no arranjo têxtil é uma importante política de difusão tecnológica, que poderá ter impactos diretos sobre o arranjo têxtil-vestuário.

Essas políticas sugerem que a ênfase na difusão tecnológica e as interações entre as universidades e as firmas são passos iniciais importante para avançar do enfoque setorial para o enfoque local.

Serviço de Apoio a Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE

O foco principal do SEBRAE é prestar atendimento as micros e pequenas empresas tentando com isso suprir as dificuldades das empresas de pequeno porte. Para isso realiza diversos programas e incentivos as empresas de pequeno porte. Salientamos aqui o Programa de Competitividade Setorial, o Programa SEBRAE de redes setoriais e o Projeto Empreender.

Programa de competitividade setorial

Este programa proposto pelo SEBRAE e tem como objetivo o desenvolvimento de soluções para treinamento e consultoria a pequenas empresas contribuindo assim para elevar o patamar de competitividade das empresas de pequeno porte. O programa é aplicado a grupos de 10 a 15 empresas.

Este programa conta com uma metodologia que contempla um conjunto de soluções integradas e é fundamentado na metodologia de prospecção empresarial. Após 5 semanas de visitas as empresas de um mesmo setor apresentam-se três relatórios: o relatório de impacto empresarial que registra o desempenho do setor e o desempenho individual das empresas, o sistema de gestão focado em custos que fundamenta num software a formação de preço e venda, e por último uma proposta do Programa SEBRAE de Competitividade Setorial. Após análise da empresa e do sistema de custos relaciona-se as oportunidades de melhorias ou seja é um programa que visa aumentar a competitividade das empresas envolvidas.

O custo de participação das empresas varia de acordo com análise feita sendo que este programa é feito sob medida para cada grupo de empresas. O programa é de longa duração de acordo com a necessidade do setor analisado (Programa...,2004).

Programa SEBRAE de redes setoriais

O programa visa a união de forças e ações conjuntas das empresas para superação de dificuldades, aumentar as oportunidades e a geração de benefícios a um determinado setor, visando um nome fantasia comum e a manutenção da razão social

individual. As micros, pequenas e médias empresas de um mesmo setor são as principais interessadas para formação de grupos.

O programa de redes setoriais tem como objetivo a realização das seguintes ações: a negociação com fornecedores de produtos, insumos e equipamentos, a padronização da fachada da loja, a definição de uma marca própria, a propaganda conjunta em diversos meios de comunicação, o desenvolvimento de comunicação interna melhor, o treinamento conjunto de colaboradores, a orientação sobre o *mix* de produtos, cartão de crédito para o consumidor, fornecedores de serviços diversos de forma coletiva, sistemas informatizados e integrados, centrais de serviços contábeis, tributários e jurídicos, a contratação de consultorias compartilhadas, a participação coletiva em feiras/eventos do mesmo setor e a participação de rodadas de negócios com clientes e fornecedores (Programa SEBRAE...,2004).

Projeto empreender

Este projeto surgiu no ano 1991 em Santa Catarina. É fruto de uma parceria Câmara de Artes e Ofício de Munique e Alta Baviera – HWK da Alemanha e das associações comerciais de Brusque, Blumenau e Joinville contando ainda com o apoio do SEBRAE e da FACISC – Federação das Associações Comerciais e Industrias de Santa Catarina. A partir de 1997 o projeto expandiu a sua área de atuação por todo o Estado. Seu principal objetivo é o desenvolvimento e fortalecimento das empresas de pequeno porte através do associativismo.

O funcionamento do projeto conta a formação de núcleos setoriais constituído por micros e pequenas empresas. Os resultados esperados por este projeto resumem-se:

- Organização setorial de todos os segmentos das micros e pequenas empresas, através da criação de núcleos setoriais específicos;
- Identificação das reais demandas setoriais por serviços profissionais no nível de formação profissional, informação e gestão;
- Desenvolvimento e formatação de soluções em capacitação voltadas a atender as necessidades das pequenas empresas;
- Desenvolvimento das Associações Empresariais;

- Consolidação do processo de formação de redes de apoio as pequenas empresas visando o acesso ao crédito, a informação e a formação profissional.

De acordo com o SEBRAE os principais resultados alcançados por este projeto foram: o desenvolvimento organizacional de 120 associações empresariais, a formação e manutenção de 355 núcleos setoriais representando 90 setores da economia catarinense e o envolvimento de 5.500 empresas de pequeno porte (Projeto...,2004).

Outros Programas

Recentemente o SEBRAE/SC lançou um programa de apoio ao arranjo produtivo local de calçados de São João Batista. Que contará com a implementação das seguintes ações: capacitação em gestão empresarial, formação de técnicos em calçados, capacitação da mão de obra existente, melhoria do produto e embalagem para exportação, apoio a exportação e prevenção da inadimplência. São parceiros do SEBRAE nesta ação: o SENAI, a APEX e o Sindicato das Indústrias de Calçados de São João Batista (APL...,2004).

Referente a financiamentos merece destaque o Programa SEBRAE de Apoio a Cooperativa de Crédito que encontra-se em estágio de desenvolvimento. O programa conta com a parceria de diversas instituições e agentes interessados. Este programa tem como objetivo fortalecer e expandir o número de cooperativas de crédito de micro e pequenos empresários. O programa prevê o desenvolvimento de produtos, serviços e mecanismos de apoio técnico e financeiro ao segmento de cooperativa de crédito (Cooperativa...,2004).

Análise das políticas do SEBRAE

Nota-se no SEBRAE que as políticas voltadas para as micro, pequenas e médias empresas tem como objetivo promover o associativismo e as relações de forma conjunta, apesar de não estabelecerem políticas direcionadas para aglomerações produtivas.

O Programa de Competitividade Setorial, o Programa SEBRAE de redes setoriais e o Projeto Empreender visam o fortalecimento da cultura do associativismo através da quebra do isolamento das pequenas empresas de maneira setorial. Sua principal meta é a superação das dificuldades de maneira conjunta.

O programa voltado para o arranjo produtivo local merece destaque por incentivar a capacitação dos trabalhadores, a formação de técnicos e apoiar a exportação das atividades do interior do arranjo, no entanto não verifica-se estímulos a cooperação entre os agentes, aos fluxos de informações e a relação das firmas com as instituições locais.

O programa de criação de cooperativas de créditos apresenta-se com uma iniciativa inovadora, que poderá aos poucos resolver os problemas inerentes aos financiamentos voltados para as pequenas empresas, mas por tratar-se de um programa em estágio de desenvolvimento torna-se inviável uma análise.

Quanto as políticas oferecidas pelo SEBRAE pode-se concluir que:

- As políticas oferecidas pela instituição expressam fortes estímulos às interações entre as empresas, via associativismo numa dimensão setorial.
- Enfatizam também o estímulo a competitividade das empresas e no caso das redes setoriais procuram estimular as interações entre os segmentos da rede.

Estes aspectos sugerem uma visão de política centrada nos estímulos a competitividade através do associativismo e interações entre as empresas, o que também pode ser um passo inicial para futuras políticas voltadas às aglomerações de empresas.

Governo do Estado

No dia 29 de março de 2004 foi criada no âmbito do governo estadual catarinense a *Câmara de Gestão do Desenvolvimento das Aglomerações Produtivas e Redes de Empresas de Santa Catarina*. Esta câmara terá como objetivos:

- Servir de plataforma de relacionamento interinstitucional para as entidades e órgãos governamentais que atuam no apoio ao desenvolvimento de Aglomerações Produtivas e Redes de Empresas;
- Apoiar o governo do Estado no Planejamento e Acompanhamento do desenvolvimento das Aglomerações Produtivas e Redes de Empresas;

- Servir de elo de articulação entre o governo do Estado, suas Secretarias Centrais e Regionais e as entidades que apóiam o desenvolvimento de Aglomerações Produtivas e Redes de Empresas;
- Articular com os órgãos governamentais e instituições para que os programas de Desenvolvimento de Aglomerações Produtivas se dêem de modo integrado e de forma bem distribuída entre as microrregiões do Estado;
- Manter as informações atualizadas e distribuídas sobre o andamento dos programas voltados ao desenvolvimento de Aglomerações Produtivas e Redes de Empresas.

São instituições integrantes iniciais da câmara a Secretaria do Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão, a Secretaria do Estado da Agricultura e Política Rural, o Banco de Desenvolvimento do Extremo Sul Catarinense – BRDE, a agência de fomento de Santa Catarina – BADESC, a Fundação de Ciência e Tecnologia – FUNCITEC, O Instituto Euvaldo Lodi – IEL-SC, o SEBRAE-SC, a Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC e a Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC (Casarotto, 2004)

O governo do Estado atua também no financiamento das micros, pequenas e médias empresas através do Banco de Desenvolvimento de Santa Catarina – BADESC e do Banco de Desenvolvimento do Extremo Sul – BRDE.

BADESC

O Badesc oferece diversas linhas de crédito para as empresas em geral tais como: o BNDES – Automático, o FINAME – Financiamento à Aquisição de Máquinas e Equipamentos Novos e Usados, o PRODEC – Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense e o Badesc Especial.

O governo do Estado oferece através do Badesc o programa crédito de confiança. Este programa disponibiliza uma linha de microcrédito, o crédito oferecido é destinado a empreendimentos, pessoas físicas ou jurídicas de pequeno porte mesmo não tendo acesso ao sistema de crédito tradicional. O financiamento é voltado para mercadorias, matérias primas, melhorias e ampliações, veículos, utilitários, máquinas, ferramentas e equipamentos novos e usados. Os valores podem variar de 200,00 a

10.000,00 e o prazo de pagamento de 1 a 24 meses, a taxa de juros praticada é de 2,9% ao mês (Microcrédito, 2004).

BRDE

O BRDE oferece para as microempresas e empresas de pequeno porte um financiamento destinado aos seguintes itens: a construção e reforma de prédios e instalações, aquisição de máquinas e equipamentos novos nacionais, aquisição de máquinas e equipamentos usados nacionais quando associados a investimento fixo, capital de giro necessário ao financiamento do aumento de produção e vendas decorrente do investimento realizado, programas ou projetos em Gestão da Qualidade, capacitação tecnológica e desenvolvimento de produtos e processos, treinamento de pessoal e qualificação profissional entre outros.

O financiamento pode ser feito através de participação financeira máxima no total do investimento, os juros são compostos de uma parcela variável trimestralmente, a TJLP (Taxa de juros de longo prazo), e uma parcela fixa adicional correspondente ao *spread* da operação. O prazo de carência é de 12 meses e o prazo de amortização até 48 meses. As garantias exigidas pela instituição são a hipoteca e alienação fiduciária no valor mínimo de 130% do valor financiado e avais ou fianças dos sócios ou acionistas controladores do capital (Microempresa, 2004).

Análise das políticas oferecidas pelo Governo do Estado

O governo do Estado de Santa Catarina criou recentemente a Câmara de Gestão do Desenvolvimento das Aglomerações Produtivas e Redes de Empresas de Santa Catarina com o intuito de articular as principais ações voltadas para as aglomerações produtivas. No entanto por tratar-se de uma iniciativa recente não existem dados disponíveis para avaliação.

As políticas do governo de Santa Catarina voltada para as micro, pequenas e médias empresas baseiam-se em financiamentos oferecidos pelo Badesc e pelo BRDE. Destaca-se neste aspecto a criação da linha de microcrédito voltada para as pequenas

empresas e empreendimentos. No entanto são financiamentos que exigem das pequenas empresas garantias, avalistas e restringem o que pode ser financiado.

Os esforços de política no âmbito do governo catarinense voltam-se principalmente para as tentativas de articulação de políticas no estado e para financiamentos as empresas de forma individual.

4.3 Análise das políticas catarinenses

De acordo com a tendência internacional e com as possibilidades de políticas voltadas para o desenvolvimento das aglomerações produtivas o aumento da competitividade das pequenas empresas relaciona-se com a geração, difusão e aquisição de conhecimentos. A tendência internacional é incentivar as pequenas empresas através de treinamento, capacitação, difusão de informações, serviços tecnológicos, estímulo à cooperação proporcionando assim desenvolvimento regional. Além de oferecerem mecanismos específicos de financiamento as MPMEs.

O governo brasileiro a nível federal está trabalhando na reformulação de suas políticas de apoio às micros, pequenas e médias empresas com o intuito de incluir na sua agenda industrial políticas voltadas para as aglomerações de empresas.

Santa Catarina apresenta-se como importante estado na estrutura industrial do Brasil. Apresentando índices de crescimento industrial e de exportações elevado devido em parte à representatividade das aglomerações produtivas e das regiões especializadas espalhadas por todo o território catarinense. As aglomerações produtivas catarinenses apresentam-se situadas em diferentes estágios de evolução. O grau de cooperação, divisão de trabalho, difusão de informações e entrelaçamento entre os agentes variam conforme a aglomeração estudada.

De acordo com as características estudadas das diversas aglomerações catarinenses as que apresentam um alto nível de cooperação e divisão de trabalho entre os agentes, presença de instituições de apoio e coordenação podem contar com um alto grau de sustentação e crescimento na estrutura industrial, conforme constatado com o aglomerado de cerâmica.

As políticas catarinenses têm dado uma certa ênfase para atuação conjunta das empresas desenvolvendo assim práticas associativistas de forma setorializada. No entanto

nota-se uma certa dificuldade na elaboração de políticas que visem as relações estabelecidas dentro dos aglomerados.

No que tange a questão de financiamentos as principais dificuldades das empresas são justamente as exigências das instituições. Mecanismos estes defasados quando comparado com a tendência internacional, que oferecem as pequenas empresas mecanismos de garantia e aval e o estímulo ao capital de risco. No entanto não trata-se de copiar as políticas e os programas internacionais, pois cada país, estado e região apresentam especificidades e realidades diferentes. Busca-se através das experiências internacionais uma melhor visão dos aspectos que originaram o sucesso dessas políticas.

Apesar do microcrédito oferecido pelo Badesc ser voltado especificamente para micro e pequenas empresas formais ou informais, o financiamento é limitado a certos itens e exigem garantias reais elevadas da mesma forma.

A maioria das aglomerações produtivas catarinenses conta com instituições de apoio que podem articular o suporte necessário às pequenas empresas e as atividades desenvolvidas no interior das aglomerações produtivas. Contudo faltam políticas dirigidas especificamente às instituições e as empresas localizadas nas aglomerações produtivas.

Algumas políticas federais industriais vêm sendo reformuladas levando em consideração as vantagens que as empresas de pequeno porte apresentam quando encontram-se localizadas nas aglomerações produtivas.

Quanto a coordenação das políticas voltadas para as aglomerações de empresas, no âmbito do governo federal foi criado no final do ano passado um Grupo Interministerial com o intuito de articular e coordenar as políticas voltadas para arranjos produtivos de empresas. E o governo catarinense criou recentemente a Câmara de Gestão do Desenvolvimento das Aglomerações Produtivas e Redes de Empresas para a coordenação de suas políticas.

Para a implementação de políticas direcionadas as aglomerações produtivas torna-se necessário o conhecimento das principais dificuldades inerentes a aglomeração em destaque e o acompanhamento do desenvolvimento de cada aglomeração. Suzigan (2002) destaca a combinação de dois insumos: o primeiro é a criação de uma instituição local ou a contratação de um indivíduo que possam estar mergulhados no ambiente sem no entanto ter a visão ofuscada pelo processo produtivo e o segundo uma instituição externa com o objetivo de acompanhar o desenvolvimento das aglomerações produtivas.

Nota-se no estado catarinense a falta de instituições de apoio criadas pelo governo para apoiar as pequenas empresas. A maioria das instituições catarinenses que apresentam políticas voltadas as MPMEs não foram criadas pelo governo do Estado. Instituições como o IEL, SEBRAE, FIESC e SENAI são mantidas pelas próprias empresas. A experiência internacional conta com uma ampla rede de instituições específicas criadas especialmente para proporcionar as empresas de pequeno porte condições de sustentar-se no mercado através de diversas políticas e programas.

Ressalta-se a importância das instituições analisadas e suas políticas contribuindo de forma decisiva na estrutura industrial catarinense elevando os índices de crescimento. Nota-se nas políticas estaduais aqui analisadas intenção de aumentar a competitividade indústria catarinense através do aumento da eficiência do processo produtivo, mas tratando-se de aglomerações de empresas falta a estas uma noção de conceitos e de conhecimento das reais necessidades e possibilidades dos aglomerados catarinenses.

CAPÍTULO V

CONCLUSÃO

A alteração no padrão de produção na década de 70 modificou os padrões e as relações previamente existentes. A revolução tecnológica contribuiu com a queda do modelo fordista de produção alterando as estratégias competitivas das empresas e fazendo-as buscar uma maior flexibilidade. Neste contexto as pequenas empresas ganham importância por possuírem uma alta flexibilidade e capacidade de adaptar-se a novas situações.

No entanto verifica-se que as empresas de pequeno porte aumentam as suas vantagens competitivas quando aglomeradas em determinados espaços geográficos. A atuação conjunta das empresas diminui as dificuldades inerentes a empresa individual, sendo a interação entre as empresas importante fator na construção dessas vantagens.

A maioria dos países desenvolvidos constatando o aumento de competitividade das pequenas empresas aglomeradas em espaços geográficos reformularam as suas políticas industriais e implementaram uma série de ações com vistas a atuação conjunta das empresas. Buscam com essas políticas incentivar o treinamento e capacitação das empresas, a difusão de informações, os serviços tecnológicos, a relação de cooperação e o desenvolvimento regional. Foram também implementadas diversas formas de apoio financeiro como o estímulo a criação de fundos de capital de risco e os mecanismos de garantia e aval. No que refere-se a competitividade externa das empresas foram implementadas formas de internacionalização das atividades de maneira conjunta.

O governo federal brasileiro observando a tendência internacional vem reformulando as suas políticas industriais com o intuito de fortalecer as aglomerações produtivas. Destaca-se a criação de um grupo interministerial com o objetivo de articular e coordenar as principais ações voltadas aos arranjos produtivos.

As aglomerações produtivas representam para Santa Catarina um importante elemento no seu quadro industrial elevando a representatividade da indústria catarinense perante os indicadores brasileiros. O número de aglomerados e de regiões especializadas no território catarinense vem confirmar a tendência que as micros, pequenas e médias

empresas quando atuam de forma conjunta conseguem obter vantagens competitivas que seriam impossíveis de obter atuando individualmente.

A questão das políticas voltadas as micros, pequenas e médias empresas catarinenses parece estar avançado através da criação da Câmara de Gestão do Desenvolvimento das Aglomerações Produtivas e Redes de Empresas que tem como objetivo articular e coordenar as políticas voltadas para os aglomerados catarinenses. E aos poucos as instituições vêm enfatizando as aglomerações produtivas por meio de suas políticas como o apoio dado pelo SEBRAE ao arranjo produtivo de calçados e as diversas políticas oferecidas pelo IEL voltadas para arranjos produtivos. Destaca-se no entanto que as políticas catarinenses direcionam os seus objetivos aos setores produtivos com pouca ênfase as aglomerações. Faltam a essas instituições conhecimentos das reais necessidades das empresas aglomeradas e acompanhamento do desenvolvimento de cada aglomeração.

O estímulo à cooperação, aos processos de aprendizagem, ao fluxo de informações locais e as interações com as instituições de apoio locais são formas de contribuir para o desenvolvimento do aglomerado como um todo estabelecendo relações duradouras e atenuando as dificuldades referentes das pequenas empresas individuais. O estabelecimento dessas políticas pode elevar o patamar competitivo dos aglomerados estabelecendo relações mais consistentes entre os agentes e promovendo o desenvolvimento local da região

Estabelecer políticas voltadas para as aglomerações produtivas catarinenses torna-se essencial primeiramente para o fortalecimento da economia catarinense como um todo e para a sustentação e crescimento das pequenas empresas.

Recomendações para trabalhos futuros

No percurso desta pesquisa as análises de algumas políticas tornaram-se inviáveis por tratarem-se de iniciativas recentes. Vieram à tona questões que pelo tempo limitado tornaram-se impossíveis de serem respondidas como por exemplo: Existe uma articulação entre as iniciativas federais e estaduais nas políticas voltadas para aglomerações de empresas? E ainda verificar a eficácia das políticas catarinenses analisando o número de micros, pequenas e médias empresas beneficiadas pela atuação das políticas. Questões como estas podem ser objeto de trabalhos futuros.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMIN, A. The globalization of the economy: an erosion of regional networks? In: GRABHER, G. (ed.) **The Embedded Firm – on the socioeconomics of industrial networks**. London: Routledge. 1993, p.278-295.

APL de Calçados de São João Batista. Disponível na internet <http://www.sebrae-sc.com.br/produtos/default.asp?produto=1931>. Acesso em 04 jun.2004

ARRANJO produtivo da cerâmica vermelha em Santa Catarina com vista ao aumento da sua competitividade. Projeto desenvolvido pelo Instituto Euvaldo Lodi em parceria com a UFSC. FIESC, 2004.

BECATTINI, G. Os Distritos Industriais na Itália. In: URANI A., COCCO G., GALVÃO A.P. **Empresários e empregos nos novos territórios produtivos: o caso da Terceira Itália**. Tradução: Frédéric Monié, Eliana Aguiar, Sieni Maira Campos. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. p. 45-58.

BOTELHO, M.R.A. **Políticas de apoio às pequenas empresas industriais no Brasil: uma avaliação a partir da experiência internacional**. 1999. 205f. Tese (Doutorado em Ciências Econômicas) - Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 1999.

CAMPOS, R.R., CÁRIO, S.A.F., NICOLAU, J.A., SIMIONI, M. Inovação e interação produtor-usuário nas empresas de software. In: SBRAGIA, R., STAL., E. (orgs). **Tecnologia e Inovação: experiências de gestão na micro e pequena empresa**. São Paulo: PGT/USP, 2002. p. 197-216.

CAMPOS, R.R., CÁRIO, S.A.F., NICOLAU, J.A., LINS, H.N., BARBOSA, C.R.F. Reestruturação industrial e aglomerações setoriais locais em Santa Catarina. In: VIEIRA, P.F. (org.). **A pequena produção e o modelo catarinense de desenvolvimento**. Florianópolis: APED, 2002.

CAMPOS, R.R., CÁRIO, S.A.F., NICOLAU, J.A., VARGAS, G. Aprendizagem por interação: pequenas empresas em sistemas produtivos e inovativos locais. In: LASTRES, H., M.M, CASSIOLATO, J.E., MACIEL, M.L. **Pequena empresa: cooperação e desenvolvimento local**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003. p.51-65

CAMPOS, R.R., STALLIVIERI, F., ALT, M.M. Especialização, localização e possibilidades para formação de sistemas produtivos locais: um estudo exploratório para a indústria catarinense. In: Encontro Nacional de Economia Política, 09., Uberlândia, 2004. **Anais...** Uberlândia: IE/UFU, 2004.

CAMPOS, R.R., BATSCHAUER, J., STALLIVIERI, F., **O arranjo eletro-metal-mecânico da microrregião de Joinville: a transição para um sistema produtivo e inovativo local**. Florianópolis, 20p. Trabalho não publicado

CASAROTTO, Nelson . **Políticas para MPMEs**. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <silvia@sc.senai.br>. 11 maio 2004.

COOPERATIVA de Crédito. Disponível na internet <http://www.sebrae-sc.com.br/credito/>. Acesso em 02 jun 2004.

CUNHA, I.J. **Modelo para classificação e caracterização de aglomerados industriais em economias em desenvolvimento**. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção). Curso de Pós-Graduação em Engenharia da Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

GASTALDON, M.C. **O segmento de plástico no sul catarinense: uma abordagem sobre a situação recente à luz da problemática dos clusters e distritos industriais**. Dissertação (Mestrado em Economia) Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2000.

HUMPHREY, J., SCHMITZ, H. **A governança em cadeias globais de valor**. Disponível na internet. <http://www.nead.gov.br/artigodomes/> Acesso em 10 mar 2004.

IMPLEMENTAÇÃO do observatório de competitividade do arranjo produtivo têxtil/vestuário. Projeto desenvolvido pelo SENAI em parceria com o SENAI/CTV. FIESC, 2004.

KUPFER, D., HASENCLEVER, L. **Economia Industrial: fundamentos teóricos e práticas no Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

LASTRES H., et. al. **Interagir para competir**. SEBRAE/FINEP: CNPq: Brasília. 2002.

LASTRES H., CASSIOLATO, J.E., MACIEL, M.L. **Pequena empresa cooperação e desenvolvimento local**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

LEMONS, C. **Notas preliminares do projeto de arranjos locais e capacidade inovativa em contexto crescentemente globalizado**. IE/UFRJ. Rio de Janeiro, mimeo, 1997.

LEMONS C., et. al., **Promoção de arranjos produtivos locais: iniciativas em nível federal**. Nota técnica do projeto de arranjos produtivos locais: uma nova estratégia de ação para o SEBRAE. Rio de Janeiro: IE/UFRJ, 2004.

MARKUSEN, A. Áreas de atração de investimentos em um espaço econômico cambiante: uma tipologia de distritos industriais. **Nova Economia: Revista do Departamento de Ciências Econômicas da UFMG**, Belo Horizonte, v.5, n.2, p 9-44, dez.1995.

MICROCRÉDITO. Disponível na internet <http://www.badesc.gov.br/microcredito/>. Acesso em 04 jun 2004.

MICROEMPRESA. Disponível na internet http://www.brde.com.br/fin_interna.asp?id=010601. Acesso em 04 jun 2004.

NICOLAU, J.A, CAMPOS, R.R., CÁRIO, S.A.F. **A indústria de software em Joinville: um estudo de caso de arranjo produtivo local.** UFSC/IPEA, 2002.

NÚCLEO Setorial. Disponível na internet <http://www.sebrae-sc.com.br/produtos/default.asp?produto=1083>. Acesso em 01 jun 2004.

PLATAFORMA de tecnologia da informação e comunicação de Santa Catarina. Projeto desenvolvido pelo IEL em parceria com a FURB. FIESC, 2004.

PLATAFORMA de móveis e madeira. Disponível na internet <http://www.iel-sc.com.br/madeira/objetivos.html>. Acesso em 01 jun 2004.

PROGRAMA de competitividade setorial. Disponível na internet <http://www.sebrae-sc.com.br/produtos/default.asp?produtos=1717>. Acesso em 30 maio 2004

PROGRAMA SEBRAE de redes setoriais. Disponível na internet <http://www.sebrae-sc.com.br/produtos/default.asp?produtos=>. Acesso em 30 maio 2004.

PROJETO Pégaso. Disponível na internet <http://www.iel-sc.com.br/pegaso/index.html>. Acesso em 30 maio 2004.

PROJETO Empreender. Disponível na internet <http://www.sebrae-sc.com.br/produtos/default.asp?produto=1083>. Acesso em 01 jun 2004.

PROJETO Promos. Disponível na internet <http://www.sebrae.com.br/br/cooperecrescer/projetospromos.asp>. Acesso em 25 maio 2004.

PUGA, F.P. **Experiências de Apoio às micro, pequenas e médias empresas nos Estados Unidos, na Itália e em Taiwan.** BNDES: Rio de Janeiro. Texto para discussão nº 75. 2000

PUGA, F.P. **Alternativas de Apoio a MPMES localizadas em arranjos produtivos locais.** BNDES: Rio de Janeiro. Texto para discussão nº 99. 2003

SANDRONI, P. **Novíssimo Dicionário de Economia.** São Paulo: Ed. Best Seller, 1999.

SCHEFFER, J., CÁRIO, S.A.F., **Análise da Capacitação Tecnológica das Micros e Pequenas Empresas do Arranjo Produtivo de Materiais Plásticos da Região Sul de Santa Catarina.** Florianópolis, 100p. Trabalho não publicado.

SCHMITZ, H. Pequenas empresas e especialização flexível em países menos desenvolvidos. In: Padrões tecnológicos e políticas de gestão: comparações internacionais, 1989, São Paulo: **Anais - USP, UNICAMP, BID**, São Paulo, 1989. p. 151-189.

SEBRAE. Projeto Promos. Disponível na internet <http://www.sebrae.com.br/br/cooperecrescer/projetospromos.asp>. Acesso em 25 maio 2004.

SENGENBERGER, W., PIKE, F. Distritos Industriais e Recuperação Econômica Local: Questões de Pesquisa e de Política. In: URANI A., COCCO G., GALVÃO A.P. **Empresários e empregos nos novos territórios produtivos: o caso da Terceira Itália.** Tradução: Frédéric Monié, Eliana Aguiar, Sieni Maira Campos. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. p. 101-145.

SOUZA, M.C.A. **Pequenas e médias empresas na reestrutura industrial.** Brasília: SEBRAE, 1995.

SOUZA, M.C.A., MAZZALI, L., BACIC, M.J. **Relações de cooperação com grandes empresas: oportunidades e limites para o desenvolvimento de pequenas e médias empresas - reflexões para o caso do Brasil.** Porto Alegre: Ensaio FEE, 1997.

STORPER, M. **The regional world: territorial development in a global economy: Perspectives on economic change.** New York: Guilford Press, 1997. p. 38

SUZIGAN, W. Aglomerações industriais: avaliação e sugestões de política. **Futuro da Indústria: Oportunidades e Desafios – a Reflexão da Universidade.** Brasília: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e Instituto Euvaldo Lodi, 2001. p. 49-67

SUZIGAN, W., GARCIA, R., FURTADO, J. **Governança de sistemas de MPME em clusters industriais.** Rio de Janeiro: set. 2002. (Relatório de Pesquisa). Disponível na internet. <<http://www.ie.ufrj.br/redesist/>>.

SUZIGAN, W., GARCIA, R., FURTADO, J. **Clusters ou sistemas locais de produção e inovação: identificação, caracterização e medidas de apoio.** São Paulo: maio.2002. Disponível na internet. <<http://www.iedi.gov.br>>

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. **Rede de Sistemas Produtivos e Inovativos Locais.** Disponível em: <<http://www.ie.ufrj.br/redesist>>